



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

98ª SESSÃO ORDINÁRIA

1 COLAUDAS

*Terminou
OK*

DATA: 17/11/93

HORA: 09:25 às 11:25 H.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO CHEFE DE TRAMITAÇÃO, ATA E SUMULA

ATA SUCINTA

988 SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE NOVENBRO DE 1993

- 33 SESSÃO LEGISLATIVA DA 12 LEGISLATURA -

PRESIDÊNCIA: Deputados Benício Tavares, Luciva, Carvalho,
Cláudio Monteiro e Eurípides Camargo.

SECRETARIA: Deputados

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ABERTURA r 9 horas e 26 minutos.

ENCERRAMENTO r 11 horas e 26 minutos.

REGISTRO DE PRESENCAS NA SESSÃO

Deputado Aguilo Guirroz	(PC do B)	presente
Deputado Aroldo Satake	(PP)	presente
Deputado Carlos Alberto	(PPS)	presente
Deputado Cláudio Monteiro	(PDT)	presente
Deputado Edimar Pireneus	(PP)	presente
Deputado Eurípides Camargo	(PT)	presente
Deputado Fernando Naves	(PP)	presente
Deputado Geraldo Magela	(PT)	presente
Deputado Gilson Araújo	(PP)	presente
Deputado Padre Jonas	(PP)	presente
Deputado Jorge Cauby	(S/Partido)	presente
Deputado José Edmar	(PFL)	ausente
Deputada Lúcia Carvalho	(PT)	presente
Deputado Manoel de Andrade	(PP)	presente
Deputada Maria de Lourdes	(PSDB)	presente
Deputado Maurílio Silva	(PP)	presente
Deputado Odilon Aires	(PMDB)	presente
Deputado Pedro Celso	(PT)	presente
Deputado Peniel Pacheco	(PTR)	presente
Deputada Rosa Mary Miranda	(PP)	presente
Deputado Salviano Guimarães	(PSDB)	presente
Deputado Tadeu Roriz	(PP)	presente
Deputado Wally de Rourc	(PT)	presente
Deputado Benício Tavares	(PP)	presente

PAUTA

1.1 - COMUNICADOS DA NESA

- Requerimento de autoria da Deputada Lúcia Patrício, que "Solicita à Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal que requirite documentos à Delegacia da Receita Federal". *

- Projeto de lei de autoria do Deputado Jorge Cauby, que "Estabelece normas e critérios para que todos os objetos achados nos logradouros e locais públicos e não reclamados no prazo de cento e vinte dias sejam revertidos em favor de instituições assistenciais do Distrito Federal, e dá outras providências".

- Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a reservar área da Região Administrativa de Recanto das Emas - RA-XV, para implantação de estabelecimentos hospitalares".

- Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a reservar área da Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV, para construção de Supermercados".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB a implantação de Mercado Volante na Região Administrativa de Recanto das Emas - RA-XV".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo a colocação de aparelhos para a prática de educação física em Nova Divinópolis, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal a adequação da Roca d'Água da Metropolitana, para lavanderia pública".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere ao Banco de Brasília - BNB a construção de filial na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB a implantação de Mercado Volante na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB aumentar a capacidade da rede elétrica da Vila Metropolitana, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Secretaria de Saúde do Distrito Federal a implantação de Plantão Médico noturno e nos fins de semana nos Postos de Saúde das Regiões Administrativas que não tenham hospitais em funcionamento".

- Projeto de lei de autoria do Deputado José Edmar, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar o Colégio Dom Pedro II de Brasília, na estrutura orgânica do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal, e dá outras providências".

- Projeto de lei de autoria do Deputado José Edmar, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar o Colégio Tiradentes de Brasília, na estrutura orgânica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências".

1.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da Bancada do PT,

Comentários sobre os últimos acontecimentos, noticiados pelos meios de comunicação, envolvendo o Governador do Distrito Federal em escândalo de corrupção.

- Reiteração da proposta de requerimento, de todos os parlamentares que compõem a Bancada dos partidos da esquerda, sobre a criação de uma CPT para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

- Apelo ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Líder do Governo, para apoiarem a CPT que investigará as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PPS.

- Reiteração da proposta de abertura de CPI, com o apoio de todos os parlamentares desta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.
- Ênfase sobre o poder legislativo.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.

- Referências às notícias veiculadas sobre a CPI, do Orçamento da União.
- Críticas à inércia da Segurança Pública do Distrito Federal em face da ameaça de morte lançada pelos promotores de Justiça do Distrito Federal, Sr. Eduardo Albuquerque e Alda Fernandes.
- Reiteração da proposta de CPI, com o apoio de todos os parlamentares desta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do PTB.

- Considerações sobre seu pedido de encaminhamento à União Parlamentar Interestadual - UPI do artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, publicado no jornal "Folha de São Paulo" do dia 12 de passado último, intitulado "A imprensa está fracassada" solicitando registro nos Anais desta Casa.
- Defesa do fortalecimento do processo democrático.
- Registre o "Encontro Nacional de Diabéticos", realizado em São Paulo no último final de semana, e defesa do projeto, de sua autoria, que trata do controle dos pacientes portadores de diabetes, no Distrito Federal.

DEPUTADO CLAUDIO MONTEIRO, em nome do PDT.

- Saudação ao Deputado Peniel Pacheco, pelo seu pronunciamento em defesa do poder legislativo.
- Considerações sobre a criação de CPI, nesta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO AROLDO SATAKE, em nome da Bancada do PP.

- Esclarecimentos sobre as movimentações financeiras em contas bancárias do Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS, em nome do Governo.

- Defesa do Governo do Distrito Federal.
- Ponderações sobre as investigações da CPI do Orçamento da União e sugestão contrária a realização d'A C.P.I. nesta Casa.

1.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO TADEU RORIZ (PP)

- Esclarecimentos sobre as origens da fortuna do Governador do Distrito Federal, oriunda, segundo o Deputado, de herança familiar e críticas às notícias sobre a quebra de sigilo bancário do Governador.
- Sugestão de criação de CPI para investigar líderes políticos envolvidos em instituições sindicais.

DEPUTADO FERNANDO NAVES (PP)

- Sugestão de abertura de CPI para investigar as contas bancárias da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT)

- Referências aos pronunciamentos dos Deputados Tadeu Roriz e Fernando Naves, nesta sessão.
- Defesa da ética no poder legislativo.
- Reiteração da proposta de CPI, com o apoio de todos os parlamentares desta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.
- Apresentação de requerimento, solicitando à Presidência d'A Câmara Legislativa do Distrito Federal que requirita à Delegacia da Recicla Federal, a declaração de bens atualizada do Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO MAGNY DE ROURE (RT)

- Reflexão sobre as notícias, veiculadas pelos meios de comunicação, que denigrem o poder legislativo.
- Defesa da agilização dos trabalhos legislativo desta Casa.
- Referências sobre o III Encontro de Aleitamento Materno.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

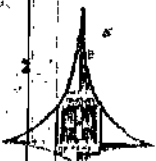
- Advertência à Bancada governista, nesta Casa, que não deseja a abertura de CPT para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

II - ORDEM DO DIA

1.3 - ORDEM DO DIA

ITEM 1º - Discussão e votação em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 976/93, de autoria do Deputado Wilson Araújo, que "Altera o parágrafo 3º do art. 54 e acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 353/92". Concedido prazo ao Relator da CEOP, Deputado Edimar Piresous, para emitir parecer.

ITEM 2º - Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 155/91, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Determina que os proprietários de terrenos não edificados no Distrito Federal, devem mantê-los limpos, cercados com as respectivas calçadas construídas". APROVADA por votação simbólica.



ITEM 3º Discussão, em 1º turno, 3º dia, e votação do Projeto de Lei nº 673/91, de autoria do Deputado Edmar Píreaneust que "InsVitu o Plano Diretor de Mineração do Oistrito FedrcvA", e da outras providências", APROVADO com 16 votos favoráveis, uma abstenção e 7 ausências.

ITEM 4º Discussão, em 1º turno, 3º dia, e votação do Projeto de Lei nº 660/92y de autoria do 5Merúvivo Localv que "Altera normas de edificação, uso e gabarito - NGB 40/91", APROVADO com 15 votos favoráveis e 9 ausências.

ITEM 5º Discussão, em 1º Turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 388/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Autoriza a criação do cadastro d() projetos elaborados pelos órgãos de Administração Diretv e Indirrtv do Governo do Distrito Federal", e dá outras providências". DISCUTIDO, NÃO HOUVE QUORUM PARA VOTAÇÃO.

III - COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

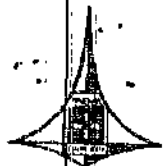
- Informação sobre VA soliritação desta Casa ao Presidente da CPI do Orçamento, Senador Jarbas Passarinho, para a cessão das fitas gravadas em poder da referida Comissão.

- Registro de recebimento de diploma de Honra ao Mérito, enviado à Câmara Legislativa do Oistrito Federal pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG, representação da c() Ade de Lond()ay Porand.

XM - ENCERRAMENTO

Eu, Primp()Cvx) Secretário(a), nos Vevmos do ArV, 9º do Regimento Interno, aprovndo pvia Reso()MçSd nº 019 de 17/06/91, lavrei a presente Ata.

Pr()meiro <VA) Secr()fário(a)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

14/12/93

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SECTOR DE TRANSCRIÇÃO, ATA E SEHULA

ATA SUCINTA

98ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1993

- 33ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA -

PRESIDENCIA: Deputados Benício Tavares, Lúcia Carvalho, Cláudio Monteiro e Eurípides Camargo.

SECRETARIA: Deputados .

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ABERTURA: 9 horas e 26 minutos.

ENCERRAMENTO: 13 horas e 26 minutos.

REGISTRO DE PRESENCAS NA SESSÃO

Deputado Agnello Gaciroz	(PC do B)	presente
Deputado Aroldo Satake	(PP)	presente
Deputado Carlos Alberto	(PPS)	presente
Deputado Cláudio Monteiro	(PDT)	presente
Deputado Edimar Pireneus	(PP)	presente
Deputado Eurípides Camargo	(PT)	presente
Deputado Fernando Naves	(PP)	presente
Deputado Geraldo Magela	(PT)	presente
Deputado Gilson Araújo	(PP)	presente
Deputado Padre Jonas	(PP)	presente
Deputado Jorge Cauby	(S/Partido)	presente
Deputado José Edmar	(PFL)	ausente
Deputada Lúcia Carvalho	(PI)	presente
Deputado Manoel de Andrade	(PP)	presente
Deputada Maria de Lourdes	(PSDB)	presente
Deputado Maurício Silva	(PP)	presente
Deputado Odilon Aires	(PMDB)	presente
Deputado Pedro Celso	(PT)	presente
Deputado Peniel Pacheco	(PTB)	presente
Deputada Rosa Mary Miranda	(PP)	presente
Deputado Salviano Guimarães	(PSDB)	presente
Deputado Tadeu Roriz	(PP)	presente
Deputado Wasmg de Moura	(PT)	presente
Deputado Benício Tavares	(PP)	presente



PAUTA

1.1 - COMUNICADOS DA NESA

- Requerimento de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que "Solicita à Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal que requirite documentos à Delegacia d'A Receita Federal".

- Projeto de lei de autoria do Deputado Jorge Cauby, que "Estabelece normas e critérios para que todos os objetos achados no I Logradouro 1º Torção públicos e não reclamados no prazo de cento e vinte dias sejam revertidos em favor de instituições assistenciais do Distrito Federal, e dá outras providências".

- Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a reservar área da Região Administrativa de Recanto das Emas - RA-XV, para implantação de estabelecimentos hospitalares".

- Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a reservar área da Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV, para construção de Supermercados".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB a implantação de Mercado Vítale na Região Administrativa de Recanto das Emas - RA-XV".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo a colocação de aparelhos para a prática de educação física em Nova Divinópolis, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal a adequação da Bica d'água da Metropolitana, para lavanderia pública".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere ao Banco de Brasília - BRB a construção de Agência na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB a implantação de Mercado Volante na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB aumentar a capacidade da rede elétrica da Vila Metropolitana, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII".

- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Sugere à Secretaria de Saúde do Distrito Federal a implantação de Plantão Médico noturno e nos fins de semana nos Postos de Saúde das Regiões Administrativas que não tenham hospitais em funcionamento".

- Projeto de Lei de autoria do Deputado José Edmar, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar o Colégio Dom Pedro II de Brasília, na estrutura orgânica do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal, e dá outras providências".

- Projeto de Lei de autoria do Deputado José Edmar, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar o Colégio Tiradentes de Brasília, na estrutura orgânica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências".

1.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da Bancada do PT.

Comentários sobre os últimos acontecimentos, noticiados pelos meios de comunicação, envolvendo o Governador do Distrito Federal em escândalo de corrupção.

- Reiteração da proposta de requerimento, de todos os parlamentares que compõem a Bancada dos partidos da esquerda, sobre a criação de uma CPI para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

- Apelo ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Líder do Governo, para apoiarem a CPI que investigará as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PPS,

- Reiteração da proposta de abertura de CPI, com o apoio de todos os parlamentares desta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.
- Ênfase sobre o poder legislativo.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.

- Referências às notícias veiculadas sobre a CPI do Orçamento da União.
- Críticas à inércia da Segurança Pública do Distrito Federal em face da ameaça de morte sofridas pelos promotores de Justiça do Distrito Federal, Sr. Eduardo Albuquerque e Aida Fernandes.
- Reiteração da proposta de CPI, com o apoio de todos os parlamentares desta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do PTB,

- Considerações sobre seu pedido de encaminhamento à União Parlamentar Interestadual -UPI do artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, publicado no jornal "Folha de São Paulo" do dia 12 de passado último, intitulado "A imprensa está fracassada" solicitando registro nos Anais desta Casa.
- Defesa do fortalecimento do processo democrático.
- Registro do "Encontro Nacional de Diabéticos", realizado em São Paulo no Mítimo final de semana, e defesa do projeto, de sua autoria, que trata do controle dos pacientes portadores de diabetes, no Distrito Federal.

DEPUTADO CLAUDIO MONTEIRO, em nome do PDT,

- Saudação ao Deputado Peniel Pacheco, pelo seu pronunciamento em defesa do poder legislativo.
- Considerações sobre a criação da CPI, nesta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO AROLDO SATAKE, em nome da Bancada do PP.

- Esclarecimentos sobre as movimentações financeiras em contas bancárias do Governador do Distrito Federal.

M

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS, em nome do Governo,

- Defesa do Governo do Distrito Federal.
- Ponderações sobre as investigações da CPI do Orçamento da União e sugestão contrária à realização da CPI nesta Casa.

1.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO TADEU RORIZ (PP)

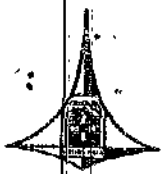
- Esclarecimentos sobre as origens da fortuna do Governador do Distrito Federal, oriunda, segundo o Deputado, de herança familiar e críticas às notícias sobre a quebra de sigilo bancário do Governador.
- Sugestão de criação de CPI para investigar líderes políticos engajados em instituições sindicais.

DEPUTADO FERNANDO NAVES (PP)

- Sugestão de abertura de CPI para investigar as contas bancárias da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT)

- Referências aos pronunciamentos dos Deputados Tadeu Roriz e Fernando Naves, nesta sessão.
 - Defesa da ética no poder legislativo.
 - Reiteração de proposta de CPI, com o apoio de todos os parlamentares desta Casa, para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.
 - Apresentação de requerimento, solicitando à Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal que requirite à Delegacia da Receita Federal, a declaração de bens atualizada do Sr. Governador do Distrito Federal.
- 



DEPUTADO MASNY DE SOUZA (PT)

- Reflexão sobre as notícias, veiculadas pelos meios de comunicação, que denigrem o poder legislativo.
- Defesa da agilização dos trabalhos legislativo desta Casa.
- Referências sobre o III Encontro de Acolhimento Materno.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

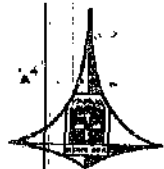
- Advertência à Bancada governista, nesta Casa, que não deseje a abertura do CPI para investigar as denúncias de corrupção no Governo do Distrito Federal.

II - ORDEM DO DIA

1.3 - ORDEM DO DIA

ITEM 1º - Discussão e votação em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 974/93, de autoria do Deputado Wilson Araújo, que "Altera o parágrafo 3º do art. 54 e acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 333/92". Concedido prazo ao Relator da CDF, Deputado Edimar Pires, para emitir parecer.

ITEM 2º - Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 155/91, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Determina que os proprietários de terrenos não edificados no Distrito Federal, devem mantê-los limpos, cercados com as respectivas calçadas construídas". rtPROVrtf>ft por votação simbólica.



ITEM 3º Discussão, em 1º turno, 3º dia, e votação do Projeto de Lei nº 475/91, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Institui o Plano Diretor de Mineração do Distrito Federal, e dá outras providências". APROVADO com 16 votos favoráveis, uma abstenção e 7 ausências.

ITEM 4º Discussão, em 1º turno, 3º dia, e votação do Projeto de Lei nº 464/92, de autoria do Executivo Local, que "Altera normas de edificação, uso e gabarito - NGB 40/91". APROVADO com 15 votos favoráveis e 2 ausências.

ITEM 5º Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 368/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Autoriza a criação do cadastro de projetos elaborados pelos órgãos de Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências". DISCUTIDO. NÃO HOUVE QUORUM PARA VOTAÇÃO.

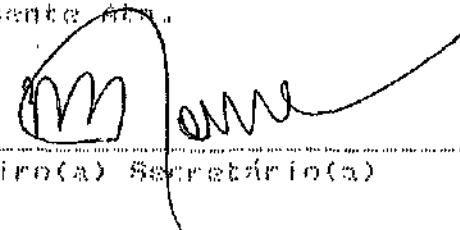
XII - COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

- Informação sobre a solicitação desta Casa ao Presidente da CPI do Orçamento, Senador Jarbas Passarinho, para a cessão das fitas gravadas em poder da referida Comissão.

- Registro de recebimento de diploma de Honra ao Mérito, enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG, representação da cidade de Londrina, Paraná.

IV - ENCERRAMENTO

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do Art. 95 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 019 de 17/06/91, lavrei a presente Ata.


Primeiro(a) Secretário(a)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SUMULA

SUMÁRIO

1 - ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1993.

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

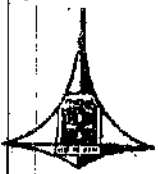
1.2.1 - COMUNICADOS DA MESA

- Requerimento de autoria da Deputada Lúcia Carvalho.*
- Requerimento de autoria da Deputada Lúcia Carvalho.*
- Projeto de lei de autoria do Deputado Jorge Cauhy.*
- Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz.*
- Projeto de lei de autoria do Deputado José Edmar.*
- Projeto de lei de autoria do Deputado José Edmar.*

* (Lidos ~~depois~~ ^{APÓS} os comunicados de parlamentares)

1.2.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da Bancada do PT.
DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PPS.
DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome do PC do B.
DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do PTB.
DEPUTADO CLAUDIO MONTEIRO, em nome do PDT.
DEPUTADO AROLDÓ SATAKE, em nome da Bancada do PP.
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS, em nome do Governo.



1.2.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO TADEU RORIZ (PP)
DEPUTADO FERNANDO NAVES (PP)
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)
DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)
DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

1.3 - ORDEM DO DIA

ITEM 1: Discussão e votação em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 976/93, de autoria do Deputado Gilson Araújo.

ITEM 2s Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 155/91, de autoria do Deputado Benício Tavares.

ITEM 3s Discussão, em 1º turno, 3º dia, e votação do Projeto de Lei nº 675/92, de autoria do Deputado Edimar Pireneus.

ITEM 4: Discussão, em 1º turno, 3º dia, e votação do Projeto de Lei nº 600/92, de autoria do Executivo local.

ITEM 5: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 388/92, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.

1.4 - COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

1.5 - ENCERRAMENTO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Aya

REVISOR: Lizete

HORA: 9:25 Nº: 0.6.1

DATA: 17.11.93

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Ha número regimental.

Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Passamos ao

COMUNICADO DE LIDERANÇAS.

S/ Riva



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

2

TAQUI.: Riva

REVISOR: Alicéa

HORA: 09:30 no: 0.07 .1

DATA: 17/11

ORADOR: Geraldo Magela

10.20

COMUNICADO DE LIDERANÇAS

Com a palavra Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para fazer um apelo a V.Exa: ^{que} tem uma ascendência muito grande sobre o Sr. Governador Joaquim Roriz e sobre a Bancada que o apóia nesta Casa. Nós estamos diante de um momento político da maior importância para o Distrito Federal, há severas e pesadas denúncias contra o Governo do Distrito Federal. [Ontem, a imprensa falada, televisada e, hoje, escrita, traz notícias de somas vultosas, movimentadas pelo Sr. Governador. Evidentemente, que qualquer cidadão pode movimentar recursos seus da forma que bem entender, desde que respeitem a lei vigente em nosso País. Mas, Sr, Presidente, há uma denúncia de envolvimento do Sr. Governador no esquema do orçamento federal e, apesar das denúncias, já com comprovação, através da imprensa, há conversas gravadas entre o Secretário particular do Sr. Governador com outras pessoas que demonstram existir um pesado esquema de corrupção no Governo do Distrito Federal. [As Bancadas do Partido dos Trabalhadores, do PDT, PPS, PC do B e do PSDB estão apresentando, nesta Casa, um requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que possa ^{apurar} tais denúncias. Evidentemente, s' podem ^{ser} apuradas, Sr. Presidente, se o Sr. Governador tiver interesse, porque, a partir ^{dai} a Ban-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

3

TAQUI.: Riva

REVISOR: Alicéa

HORA= 9:30 Nº: 0.07.2

DATA:
17/11

ORADOR:
Geraldo Magela.

Cada Governista ficará liberada para votar a favor da CPI, Entendo que na Bancada que apoia o Sr. Governador há homens e mulheres da maior seriedade, com compromisso com a democracia, com a honestidade, com a lisura no trato da coisa pública, mas, até agora, têm silenciado sobre a possibilidade de vir a apoiar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, o Sr. Governador tem dito que defende a apuração, mas tem adotado uma prática diferente, que é a de não permitir a liberação da Bancada do Governo para apoiar a CPI. Portanto, Sr. Presidente, o apelo que faço é que V.Exa. interceda junto ao Sr. Governador, junto à Bancada Governista, para que possamos aprovar consensualmente, espero, a instalação da CPI nesta Casa, porque só esta poderá trazer, efetivamente, a apuração dos fatos denunciados. Aqueles que forem culpados deverão ser punidos e aqueles que nada devem, deverão, evidentemente, ter a sua carta de inocência, que será expedida pela CPI.

Mas, Sr. Presidente, não há possibilidade de apuração sem que a CPI seja instalada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

4

TAQUI.: KATIA

REVISOR: ALICÉA

HORA: 9:35 Nº: 0-8.1

DATA: 17/11

ORADOR: Dep. Geraldo Magela

A denúncia, agora, de um milhão e seiscentos mil dólares movimentados pelo Sr. Governador, aliás a denúncia é de um valor acima deste, cabe à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional analisar, mas o esquema de corrupção implantado no GDF cabe a esta Casa apurar e levar à Justiça aqueles que forem culpados. O que nós temos, Sr. Presidente, é que defender o fim da impunidade, os corruptos devem ser julgados pela Justiça e se condenados devem ser punidos.

Portanto, Sr. Presidente, espero que nenhum Deputado desta Casa esteja conivente com este estado de coisas, instalado no Governo do Distrito Federal pelo Secretário Particular do Sr. Governador, envolvendo inclusive outros secretários. E, que, ainda nesta semana, possamos votar a instalação da CPI e também, Sr. Presidente, com a intercessão de V.Exa., junto à Bancada do Governo e junto ao Governador, para que possamos votar consensualmente. Esta é a expectativa da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o ~~Deputado~~ Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, de fato, há alguns dias, propusemos a esta Casa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOJO AO PLENÁRIO
SETOR DF, TAQUIGRAFIA

5

TAQUI.: KATTIA

REVISOR: ALICÉA

HORA: 9 35 Nº: 0-8.2

DATA: 17/11

ORADOR: Dep. Carlos Alberto

fosse instalada uma CPI, mas não marcada senão pelo interesse maior de servir à sociedade, que não fosse a CPI de um Deputado, ou proposta para promover um Deputado, seja quem for, que não fosse uma CPI de um Partido de Oposição, mas que sim uma CPI do conjunto das bancadas partidárias existentes e representadas nesta Casa. Por que essa proposta? Exatamente porque a sociedade está a exigir essa providência, a sociedade não quer nem admite que um Governador continue a governar a não ser que não seja corrupto.

Ora, é o Governador Roriz não tem nada a temer com relação às razões da CPI que pretendemos convocar, que são aquelas de informação contidas nas 18 fitas que mostram as relações do então Secretário Particular, Fábio Simão, do Sr. Governador Roriz, com o cidadão Leonilson, que é conhecido nesta cidade, nos meios empresariais, como lobista, um homem que trabalha sempre buscando os escaninhos dos meios mais escusos de tratamento dos recursos públicos da nossa sociedade.

Ora, o Sr. Roriz, se inocente, quer que a sociedade saiba que ele é inocente; o Sr. Governador Roriz, se culpado, precisa saber que a sociedade não pretende que S.Exa. continue governando a nossa cidade. Ora, por que exatamente o Sr. Governador Joaquim Roriz orienta a sua Bancada, determina à sua



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

6

TAQUI.: KATIA

REVISOR: ALICÉA

HORA: 9:35 Nº: 0-8.3

DATA: 17/11

ORADOR: Dep. Carlos Alberto

Bancada que, nesta Casa, não se abra uma CPI para apurar as denúncias relacionadas com as atividades ilegais do seu ¹então, Secretário Particular, Fábio Simão?

A CPI não será sobre o Sr. Governador Roriz, a CPI será sobre as atividades do Sr. Fábio Simão, mas é óbvio que ⁵exatamente o Governador Roriz aquele quem

S/G11



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

7

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: LILIAN

HORA: 9:40 Nº: 0-09.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: DEPUTADO CARLOS ALBERTO

ordena`a sua Bancada que não abra uma CPI nesta Casa. Uma estranha lógica! Uma estranhíssima lógica! Qual o tamanho da Bancada parlamentar que apoia o Governador Roriz nesta Casa? Dia a dia ouvimos falar que o tamanho dessa Bancada é de quatorze Deputados, ou seja, mais do que a maioria dos Deputados desta Casa. Cabe ao Sr. Presidente da câmara Legislativa nomear o Presidente da CPI.

A composição da CPI é majoritária^{mente} formada por Deputados do Governo. Por que não falarmos sobre isso francamente, se todos conhecem as regras? Será que escamoteando isso estaremos ganhando alguma coisa? Ou será que nós, espartamente da Oposição, imaginamos que possamos vir a ser maioria nessa CPI? Será que ingenuamente isso nos ocorreu? Não. Nos, da Oposição, estamos propondo uma CPI convocada pelo conjunto das Bancadas partidárias desta Casa onde o Governo terá maioria e ainda indicará o Presidente.

Qual o medo do Sr. Governador? Suas contas bancárias já foram abertas pela CPI do Orçamento do Congresso Nacional. Não nos caberia nem mais essa tarefa. Qual o medo do Sr. Governador? Não há medo algum. Porque se for inocente, não terá nada a temer, e se for culpado, a sociedade colocará para fora mais um representante do Poder Executivo que não tem dignidade e honradez para exercer o cargo. É muito simples. Qual é o problema?

Estão, estamos aqui batendo mais uma vez nessa tecla. Não há



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

8

TAQUI. : GILWANIA

REVISOR: LILIAN

HORA: 9:40 Nº: 0-09.2

DATA: 17.11.93

ORADOR: DEPUTADO CARLOS ALBERTO

nenhuma instituição de caráter político mais importante nesta cidade. Esta é a instituição que promulgou a Carta Magna, a Lei fundamental desta cidade. E fomos nós que passamos todos esses dias com os nobres pares trabalhando exaustivamente de madrugada, dando o melhor de cada um de nós para modelar um futuro melhor para os nossos filhos, nossos netos e todos aqueles que venham aqui morar.

Qual o medo que esta Câmara Legislativa tem de convocar uma CPI? Então, quero insistir nesta questão, porque sem dúvida alguma este é o momento mais alto para a nossa República, é o momento da afirmação do Poder Legislativo na sociedade brasileira. O mais transparente dos Poderes Públicos, o mais comprometido com a democracia pela sua própria metodologia.

Aqui estou falando, mas não é entre quatro paredes. A minha palavra não precisa ser censurada para ser conhecida pelo telefone. As minhas opiniões não precisam ser grampeadas para que sejam gravadas. E não só as minhas, mas as de qualquer parlamentar desta Casa. As nossas opiniões e as nossas decisões são presenciadas e testemu-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

9

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR:

HORA: 9:40 Nº: 0-09.3

DATA: 17.11.93

ORADOR: DEPUTADO CARLOS ALBERTO

nhadas pelas galerias. Aqui, há um comitê de imprensa que a tudo testemunha di-
riamente sobre as nossas opiniões. Não existe na República . Poder mais
transparente que o Poder Legislativo. Este é o momento da afirmação do Poder Le-
gislativo, não só na Capital da República, mas ^{em} nível Federal ^(porque) ~~Este~~ é o Poder
da democracia,

s/Célia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

/0

TAQUI.: Célia

REVISOR: Lilian

HORA: 9:45 Nº: 0.10.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: Dep. Carlos Alberto (Cont.)

Vamos dar espaço a este Poder, à democracia, à transparência, vamos, de mãos juntas, praticar a política das "mãos limpas".

Muito obrigado.

O SE. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B - Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa imprensa traz hoje os fatos ocorridos ontem na Comissão de Orçamento. Trata-se da movimentação de 1.600.000 dólares por parte do Governador apenas em uma conta bancária e apenas no período de um semestre de 1989.

Sr. Presidente, está chegando o momento em que a Câmara Legislativa não terá mais opção. Ou apura essas denúncias, ou a Bancada do Governo, nesta Casa, assume também a responsabilidade junto ao Governo Federal por essas denúncias. E o Governador está dizendo que tem como justificar a movimentação desses recursos, nada melhor do que uma CPI para investigar esses dados. O que não entendo, Sr. Presidente, é como temer uma investigação. Não entendemos por que negar que a câmara, que tem a função regimental, exerça sua função de fiscalizar os atos do executivo com denúncias de tamanha gravidade, comprovadas através de provas documentais que envolvem o Chefe de Ga-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Célia

REVISOR: Lilian

HORA: 9:45 Nº: 0.10.2

DATA: 17.11.93

ORADOR : Dep. Agnelo Queiroz (cont.)

binete do Governador. Portanto, a quadrilha está situada dentro do gabinete do Governador e envolve o Secretário de Obras. As fitas que já foram reproduzidas e divulgadas amplamente pela imprensa envolvendo o Sr. Secretário de Obras e, agora, envolvem o próprio Governador, E a Câmara diante disso, tem atitude de avestruz : enfia a cabeça dentro da terra.

A nossa sociedade nos cobrará uma atitude, porque não é possível, Sr. Presidente, e, que isso ocorra. A postura defensiva dos Deputados do Governo que estão obstruindo a possibilidade de votar a CPI faz com que nesta cidade comece a vingar a lei da selva. O que está acontecendo com a Polícia no Distrito Federal, é a lei da selva. É preciso que uma Promotora, ao questionar as arbitrariedades e ilegalidades da Polícia Civil, peça proteção de vida, mande seu filho para fora de Brasília, com medo de o assassinarem. Sr. Presidente, onde estamos vivendo? A função da Polícia é proteger a sociedade ou proteger os profissionais do crime? A Secretaria de Segurança Pública que é a responsável pela segurança do Distrito Federal, não dá satisfação das provas documentais que foram queimadas porque envolviam grandes segmentos da sociedade.

S/Eliane



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

12

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Geraldo

HORA: 9h50 Nº: 0.11.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: O SR. AGNELO QUEIROZ (Continuação)

Correm atrás das fitas que hoje estão na mão da CPI. Investigam e colocam inclusive em espionagem um Delegado que tem a dignidade de entregar essas fitas e essas denúncias. E agora a ameaça de morte a uma Promotora que está questionando a ilegitimidade, a arbitrariedade, a queima de provas pelas Polícia. Qual é o papel da Polícia? Não têm condições de permanecer na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal o Secretário de Segurança, nem o Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal. Não há garantia nem mesmo dos Poderes, nem da Justiça, que está investigando denúncias gravíssimas, envolvendo setores poderosos da nossa sociedade. Não há garantia de vida, tem que recorrer à Polícia Federal para pedir proteção, porque está sofrendo ameaça. E não vemos uma opinião, uma satisfação do Secretário de Segurança. Isto aqui é o quê? Virou selva. Como está envolvido o Governador do Distrito Federal essas denúncias, a Polícia tem um comportamento de proteger, inclusive de boicotar a investigação. Isso aí é um escândalo, Sr. Presidente. Acho que isso é culpa também da nossa câmara, porque se tivesse uma CPI instalada aqui, tenho certeza de que não haveria essas possibilidades de ocorrer desdobramento dessa situação.

Quero dizer mais. Acho, Sr. Presidente, aos nobres Deputados de toda a Casa, principalmente aos da Oposição. Não temos condições de mostrar à sociedade, de nos dirigir à sociedade, dizendo que esta Casa não tem



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

13

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Geraldo

HORA: 9h50 Nº: 0.11.2

DATA: 17.11.93

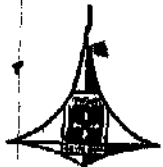
ORADOR:;

a coragem, a dignidade de apurar tais gravidades. Então, se há um governo sob suspeição, porque está sob suspeição, o Governador está sob suspeição, a nossa atitude tem que ser não votar projeto do Executivo enquanto não esclarecer esses fatos. Esta é a nossa posição: não votar projeto e pacotes, envolvendo pacotes fiscais, etc, enquanto não houver esclarecimentos desses fatos, porque o Governo sob suspeição, cuja Bancada se recusa a investigar, inclusive limpar esse nome, para dizer à sociedade que o Governador não está envolvido nisso; apuramos e comprovamos e está aqui o atestado de idoneidade do Sr. Governador. Mas não! A Bancada se recusa a investigar essas denúncias graves, extremamente graves, com provas documentais, com fitas, cheques, etc. Portanto, Sr. Presidente, acho que essa deve ser a nossa atitude. Faço a proposta aqui aos nobres pares desta Casa. Não devemos votar mais nenhum projeto do Executivo enquanto não tivermos o esclarecimento desses fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado

Peniel Pacheco.



Elione

Geraldo

09:\$0

O.M.B.

14

CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA I? APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

DATA: 17.11.93

(discurso.)

O Sr. PENIEL PACHECO (PTB).

(Pronuncia o seguinte)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de aproveitar este momento para fazer algumas considerações, não necessariamente à CPI, embora declarando que não me furto a conversar sobre este assunto. Até gostaria de lamentar um pouco a forma como a questão da CPI, na Câmara Legislativa, vem sendo abordada.

As reuniões sobre o tema têm sido realizadas nos porões; parece que ^{há} um grupo de interesse na condução dessa questão da CPI, e aquela expectativa de que, para assinar a CPI, tem que ser adesista. Acho que essa estratégia tem que ser revista, para não colocar em risco até mesmo a legitimidade desse processo de instalar nesta Casa uma Comissão Parlamentar do Inquérito.

Se não vou falar da CPI, vou falar de uma outra sigla muito parecida, por sinal, a UPI ^{União} Parlamentar Intergstadual.

Tenho em minhas mãos um fax, enviado pelo Presidente dessa instituição, que solicita a transcrição, nos Anais desta Casa, de um artigo publicado no jornal "Folha de Paulo", do dia 12 de novembro de 1993, à página 02, onde Gilberto Dimenstein faz uma consideração a respeito dos problemas que estão ocorrendo no Brasil, neste momento em que se faz a segunda CPI contundente, tanto quanto aquela primeira realizada sobre o esquema PC.

t) ^{artigo} diz o seguinte:



"Gilberto Dimenstein

Brasília — Uma das questões taais importantes de toda essa **barulheira** provocada pela **ladroagem** — talvez a mais importante — está numa pesquisa do ibope divulgada ontem: 67% dos **entrevistados** acreditam que o Brasil precisa de um presidente forte, governando sem o congresso. Esse **número** mostra um fracasso — um fracasso do qual nós, da **imprensa**, temos **responsabilidade**.

Mais uma revelação **estranhecedora** da pesquisa: apenas 54% se dispõem a **acreditar** que os senadores e deputados exercem uma **função** essencial para a **democracia**. **Isso** depois das campanhas **pelas** diretas e **eleição** de Tancredo Neves, apoiadas por multidões nas ruas. Traduzindo: produz-se um clima no Brasil aberto a aventuras golpistas. Mais **nítido**, impossível.

Quem for sério e minimamente informado sabe que passamos hoje **não** por um **processo** de deterioração, mas de limpeza. **Desmontam-se** placas de **corrupção** que há décadas e **nais** décadas sugam o **Estado**, agota revisto pelo processo **democrático**. Ou seja, o Congresso aberto, com seu poder de **fiscalização**

vitaminado — o que, como se **sabe**, **assegurou** o **impeachment** de um presidente da República

Mas a informação está chegando às avessas para imensa parcela da **população** como se a culpa fosse da democracia. É algo **semelhante** a reclamar do termómetro porque revela a febre. Fortalecer a democracia é fortalecer a ideia simples de que a liberdade é o melhor caminho para o desenvolvimento dos **cidadãos**. O resto é **detalhe**.

Fecha-se o Congresso e, depois, vem o judiciário ou a própria imprensa — os regimes ditatoriais adoram inventar inimigos para justificar sua incompetência ou cobiça. A opinião **pública** acaba manipulada por soluções **simplórias** e, portanto, enganosas. Até porque é mais fácil acreditar em ideias que se **entende** desprovidas de qualquer complexidade,

Não conseguir passar as vantagens da democracia é um fracasso da elite política. E, vamos ser honestos, dos veículos de **comunicação**."

Sr. Presidente,

fiz questão de registrar esse artigo publicado no jornal "Folha de  Paulo", pois entendemos que é um momento em que precisamos realmente refletir. Não estou aqui, nem os demais Parlamentares, apenas para exercer um mandato **temporário**. NÓS temos de pensar no fortalecimento da democracia e no livre exercício das atividades parlamentares, o que assegura a representatividade da sociedade.

Fica aqui, Sr. Presidente, minha **solicitação** no sentido de que, com a anuência de V.Exa., seja **transcrito** nos Anais desta Casa o artigo do insigne jornalista.

Ao finalizar, Sr. Presidente, gostaria apenas de ressaltar que tive o privilégio de participar, neste último fim de semana, do Encontro Nacional de Educação de Diabéticos, realizado em São Paulo, quando **tive**  ali, a oportunidade de conhecer um pouco mais do trabalho educativo e de prevenção, para que os pacientes - aqueles que são **diabéticos**



Luciano 10 K Q 13/11

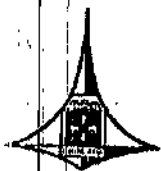
ticos - tenham, realmente, do Estado toda aquela garantia, a fim de que possam manter o controle da sua doença, não permitindo que ela passe para uma fase aguda ou crônica, envolvendo, portanto, mais recursos da parte do Poder Público.

É importante que esta Casa aprove o Projeto de lei que prevê a distribuição gratuita aos pacientes comprovadamente carentes e necessitados dos medicamentos essenciais ao controle do diabetes, como a insulina, os antidiabéticos orais, as fitas reagentes e as seringas, para que os pacientes possam ter o controle da sua doença, vivendo uma vida normal.

Se assim procedermos, certamente teremos condições de oferecer uma vida mais digna àqueles que, por alguma razão que desconhecemos, são vítimas dessa enfermidade. Além disso, se pudermos ajudar a manter estabilizado o quadro clínico desses pacientes, isto representará menos absenteísmo no trabalho, menos internações e menos gastos com cirurgias, como, ~~por~~ exemplo, só para citar como fato alarmante e triste, a extirpação de membros inferiores do corpo humano. Há também o problema do glaucoma, talvez uma das questões mais delicadas ocasionadas por essa enfermidade.

Quando pessoas do Brasil inteiro se reúnem para discutir tão importante questão, é imperioso que, em regime de urgência, aprovemos esse projeto, oferecendo a cerca de 6% da população do Distrito Federal alternativa de atendimento tão importante da parte do Poder Público.

Fica, portanto, o meu registro. Estou comunicando oficialmente à Mesa os resultados do trabalho, anexando documentos informativos a respeito da visita que fiz à Câmara dos Vereadores, à Assembléia Legislativa e à Prefeitura Municipal de São Paulo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

14

TAQUI.: Lúcia	REVISOR: Edson	HORA: 10:00	Nº: 50.13.2
DATA: 17.11.93	ORADOR:		

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (~~PDT~~. Como Líder. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs, Deputados, em meu nome e em nome do PDT saudando o Deputado Peniel Pacheco Pela sua manifestação com relação à preservação do Poder Legislativo, tão fundamentais ao desenvolvimento da democracia, sua Permanência e sua durabilidade.

Sr. Presidente, sentimos que nesta Casa há uma busca constante no estabelecimento de um ponto de vista de conflito. Em nenhum momento procuramos colocar que o pedido de solicitação da CPI seria único e exclusivo dos Partidos de oposição. Muito pelo contrário. Até então não foi apre-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

18

TAQUI.: LUCIA(Nara)

REVISOR:EDSON

HORA:10h Nº:SO.13.3

DATA: 17.11

ORADOR:

sentado porque existe a busca constante para um diálogo com os demais Parlamentares, para que todos, em conjunto, possam assinar o requerimento. Se fosse apenas praticar um ato político, já o teríamos apresentado, até nos sujeitando à rejeição plena, pela falta dos números, mas teria sido feito o ato político. Este não é o nosso desejo. O nosso desejo é que esta Casa, como um todo, possa somar-se à apuração desses fatos. Espero, sinceramente, ~~est~~ a dificultando essas assinaturas seja apenas o processo de convencimento existente em



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

19

TAQUI.: LARA

REVISOR: EDSON

HORA: 10h05 Nº: 0.14.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: Cláudio Monteiro

cada parlamentar desta casa. Cada parlamentar, com a refelexão que deve estar fazendo sobre os últimos acontecimentos, com certeza estará sinalizando com a assinatura para apuração de todos os fatos mencionados.

É certo que a cada dia recebemos um choque, um choque de informação, um choque que nos deixa extremamente atordoados. Hoje foi um dia desses. À noite recebemos a informação, através dos meios de comunicações, dessa vultosa importância manipulada através das contas bancárias do Sr. Governador.

Nós temos, na prática, a idéia de prejudicar ninguém, esperamos que todos os esclarecimentos sejam feitos, para aí, sim, podermos adotar as medidas necessárias.

Esperamos que esta Casa, com urgência, assine o pedido de constituição da CPI. Todos nós. Não existem reuniões em porões, não existem reuniões às escondidas, sempre foi noticiado, através da imprensa, o local em que ocorreriam.

Infelizmente não podemos contar com a participação de todos, mas, de antemão, todos estão convidados a participar das mesmas. Não existe ninguém com a ideia de ter a prioridade na apresentação desse requerimento, não existe ninguém com a ideia de ser o dono dessa bola, mesmo porque não existe essa bola, existe, sim a responsabilidade do Poder Legislativo, que deva ser



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

20

TAQUI.: LARA

REVISOR: EDSON

HORA: 10:05 Nº: 0.14.2

DATA: 17.11.93

ORADOR: Cláudio Monteiro

preservado.

Tenho certeza de que todos nós, indistintamente, vamos zelar por
isto.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado
Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PP. Como líder. Profere o seguinte discurso:)-
Sr. Presidente, Srs.

(Aroldo Satake)

21

~~Senhores~~ Deputados.

Ao longo do dia de hoje, o Governador Joaquim Roriz, dará uma resposta àqueles que caluniarão a sua pessoa, jogando para a opinião pública informações deturpadas sobre as suas atividades empresariais.

Não se pode confundir o movimento bancário de uma grande fazenda, que tem mais de duas mil cabeças de boi, com a vida de um político que fez opção pelos pobres e dedica a sua vida a fazer o bem.

Qualquer grande empresário brasileiro tem movimentos bancários muito maiores dos que a CPI do Orçamento levantou ao longo dos anos de 89 e 90 nas contas de Joaquim Roriz.

O Governador, ao final de tudo isto, vai ficando em posição privilegiada, como um político que possui condições financeiras de grande porte sem recorrer a negócios escusos.

Joaquim Roriz nunca escondeu de ninguém a sua situação de empresário e fazendeiro. Muitos de nós, que estamos em Brasília há longo tempo, convivemos com ele na construção de Brasília, quando já possuía dezenas de caminhões, abastecendo os construtores da cidade com material para construção.

Pela sua condição de fazendeiro bem sucedido, chegou a ser nomeado Ministro da Agricultura, cargo do qual abriu mão para poder disputar o Governo do Distrito Federal.

Não serão denúncias vazias e deturpadas que vão abalar a confiança dos brasileiros e brasilienses em Roriz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

22

TAQUI.: Sulamita	REVISOR: Carlos	HORA: 10h10 tfg.0-15/1
DATA: 17/11	ORADOR:	

O SR. PRESIDENTE(Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PP. sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos passando , nest~~a~~ País, momento histórico importante para a nossa Nação. Com certeza a história irá relatá-lo como um momento importante de transformação e da evolução da nossa sociedade e da nossa cultura; tudo iniciou-se com a CPI do Collor. Hoje, estamos com a CPI do Orçamento, com certeza uma das necessidades que a sociedade tem, e isso observamos no cotidiano, a vontade da honestidade e da transparência. Mas, Sr. Presidente, tudo isso tem que ser com a clareza e com a nossa responsabilidade de homens públicos.

Vejam bem o que aconteceu ontem - como diz o Deputado Cláudio Monteiro -, "malis uma notícia"; mas uma notícia irresponsável, quando um Deputado, uma pessoa qualquer passa para a imprensa fatos ainda não comprovados. Temos a responsabilidade com a opinião pública de passar a verdade.

O Sr. Governador Joaquim Roriz, como todos sabem, empresário, fazendeiro, que tem uma história de 30 anos de vida pública, não pode, assim, numa noite estar estampado sem estar com os dados nas mãos, e bem claro, é nossa responsabilidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

23

TAQUI.: Sulamita	REVISOR: :Carlos	HORA: 10h10	Nº: 0-15/2
DATA: 17/11	ORADOR: Edimar Píreneus		

Sr. Presidente, retorno aos fatos que aconteceram quando denunciados, desta Tribuna, sobre a questão dos dólares da casa do Sr. Governador; no dia seguinte estávamos, aqui, tornando a público o *que* realmente ocorreu. E agora Sr. Presidente, mais um *fato*. Sim! E foi na Polícia Civil do Distrito Federal que é sob a responsabilidade do Sr, Governador que se iniciaram as investigações.

Quero perguntar aos Srs. se em algum momento o Sr, Governador tentou abafar as denúncias? Será, se houvesse interesse de administrar isso essas fitas não seriam do conhecimento prévio? Tudo foi feito com a determinação do Sr. Governador para esclarecer os fatos. Foi ele quem disse, Sr. Presidente: "Eu quero, sim, que fique bem claro", E as contas, como disse aqui, do Sr, Governador, estão sendo levantadas.

Mas, no momento em que temos uma CPI no Congresso investigando as contas do Sr. Governador; no momento em que temos Sras. e Srs. Deputados, fitas das quais conhecemos parte, aqui vêm os Deputados pedindo "Queremos a CPI para apurar a questão do Secretário". Já existe uma Comissão, e foi dito aqui alto e de bom som, uma comissão que acreditamos responsável, com delegado de polícia, concursado. Com certeza, precisamos da responsabilidade



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

24

TAQUI.: Sulamita	REVISOR: Carlos	HORA: 10h10	Nº: 0-15/3
DATA: 17/11	ORADOR: Edimar Pireneus		

de assinar uma CPI.

O nosso Partido o PP tomará uma decisão, sim, após tomar conhecimento da necessidade, após conhecer, de fato, os dados da Comissão. Se alguém tem dúvidas sobre o Governo, não temos dúvidas, não temos motivos.

S/DENISE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

25

TAQUI.:

Denise

REVISOR:

Carlos

HORA:

10h15

Nº:

0/16.1

DATA:

17,11.93

ORADOR:

E. Pireneus

Sr. Presidente, falo aqui, com tranqüilidade. Quando um Deputado subiu a esta tribuna dizendo que deveríamos dar o exemplo, mostrando nossas contas bancárias, as nossas declarações de renda, eu disse bem claro; "não tenham dúvida, mostrarei não só as minhas com as de minha família".

Estou ao lado do Governador, defendendo-o, porque acredito em S.Exa. Exatamente por isso que concordo com a transparência dos fatos, e S.Exa., o Governador, mostrou essa vontade. Então, temos de ter essa responsabilidade, temos de ter essa compreensão. Não é sua vontade política fazer palanque para 1994. Não é assim.

Sr, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos de apurar os fatos, e S.Exa., o Governador, já deixou isso bem claro. Com certeza, como o disse o Deputado Aroldo Satake, o Sr. Governador prestará contas do seu movimento bancário, mostrando-o à população, àqueles, aí sim, que não queriam que o Governador optasse pelos pobres; àqueles que não acreditavam que o Governador iria fiscalizar e cobrar os empresários que não pagam imposto. Está bem clara a opção do Sr. Governador quando S.Exa. vai à periferia e recebe o apoio da população. Está bem claro que, em hipótese nenhuma, podemos aceitar a CPI, através de pressão e imposição, sem conhecer os dados.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações.

Muito obrigadp.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

26

TAQUI.: Denise

REVISOR:

Carlos

HORA:

10h15

Nº:

0/16.2

DATA:

17.11.93

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Encerrando o horário
de Comunicações de Lideranças, passaremos ao

PEQUENO EXEPEDIENTE.

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela
ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado
Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, ontem, a Deputada Lúcia Carvalho solicitou a V.Exa. que reque-
resse ao Presidente da CPI do Orçamento, no Congresso Nacional, Senador Jarbas
Passarinho, as fitas bem como sua degravação, que está sendo feita por aquela
Casa. Gostaria de saber como está o encaminhamento desse pedido, porque é de-
sejo da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ouvir as fitas, se for o caso,
em sessão secreta ou da melhor forma que for decidido, para que possamos ter
conhecimento do conteúdo das mesmas. Como disse o Líder do Governo, a Bancada
do PP - está disposta a assinar a instauração da CPI desde que conheça o con-
teúdo das fitas. Só poderemos conhecer o conteúdo das fitas se a Presidência



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

27

TAQUI.: :

Denise

REVISOR:

Carlos

HORA:

10h15

Nº:

0/16.9

DATA:

17.11.93

ORADOR:

requisitá-las, assim como a sua degravação.

Solicito que V.Exa. nos informe, pela ordem, se as fitas e a degravação já foram requisitadas, quando foi feito, para que possamos, inclusive, ter ideia de quando teremos esse material para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Solicitamos audiência ao Senador Jarbas Passarinho e estamos aguardando que S.Exa. marque hora e dia para podermos solicitar formalmente a cessão das fitas. Tivemos a informação de sua assessoria que a Comissão ainda trabalha na degravação das fitas apresentadas e assim que tiverem a conclusão do trabalho iriam comunicar à Presidência desta Casa para que possamos apresentar a solicitação.

A Deputada Lúcia Carvalho está comunicando que o Procurador do GDF, Dr. Alfredo Brandão, solicitou, formalmente, as fitas e não a degravação das mesmas, o que está sendo feito pela CPI.

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, não temos absolutamente nada a ver com o Procurador do Distrito Federal, que está fazendo uma apuração a mando do Sr. Governador.

Sr. Presidente, faço uma sugestão; acredito que esse desejo não seja só meu, mas o externo em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

28

TAQUI.: Aya

REVISOR: Lizete

HORA:10:20 Nº:0.17.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: Geraldo Magela

que esta audiência que V.Exa. solicitou ao Senador Jarbas Passarinho, Presidente da CPI, seja estendida a todas as Lideranças desta Casa, que não seja uma audiência exclusiva, mas, sim, um assunto tratado por todos os líderes e pela Mesa desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Com a palavra o Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz questão de vir a esta tribuna, hoje, para dar um esclarecimento sobre as notícias veiculadas pela imprensa, sobre as investigações que a CPI vem fazendo em torno das contas dos Deputados, Senadores e Governadores.

Em tempo foi levantada uma quantia, hoje mencionada pelos principais jornais, na conta do Sr. Governador Joaquim Roriz.

Eu, que acompanho o Sr. Governador há muitos anos, como parente e como amigo dele, gostaria de fazer este esclarecimento, porque a data remonta a 1989. Naquela época o Sr. Governador vendeu um apartamento de 4 quartos, em Goiânia, produto do seu trabalho, e desfez-se de grande parte do seu patrimônio, para fazer face à campanha eleitoral que se aproximava. Então, foi vendido um apartamento de 4 quartos em Goiânia, foi vendida uma casa na 703 Sul,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

29

TAQUI.: Aya

REVISOR: Lizete

HORA: 10:20 Nº: 0.17.2

DATA: 17.11.93

ORADOR: Tadeu Roriz

e o Governador também negociou a sua empresa de materiais de construção, Roriz Areia e Cascalho, que tinha sede no Setor de Indústria e Abastecimento.

Acho necessários estes esclarecimentos, porque naquela época eu não era sequer candidato a Deputado Distrital. Lembro-me muito bem quando o Governador dispôs do seu patrimônio para, com o objetivo principal, investir na sua campanha eleitoral.

Como é sabido, o achado da movimentação das contas bancárias foi no decorrer do primeiro semestre de 1989. É bom lembrar que sequer o Sr.

Joaquim Roriz havia assumido o mandato de Governador. Acho que seria até uma hipocrisia dizer que se faz política sem dinheiro. Duvido de qualquer político que, hoje, diga que consegue fazer política sem recursos, sem receber doações para investir na política.

Na verdade, uma campanha eleitoral é bastante cara, é bastante onerosa, haja vista a procura que temos em nossos gabinetes. A manutenção do mandato também é cara. Portanto, uma campanha governamental, principalmente, não sai barata, porque necessita de uma grande quantidade de recursos, o que nos obriga, às vezes até a dispor de nosso patrimônio.

S/ Rly



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

30

TAQUI.: RIVA

REVISOR: LIZETE

HORA: 10:25 Nº: 0.18.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: TADEU RORIZ

O Sr. Governador é um homem que sempre teve um bom patrimônio, nunca foi um homem de poucos recursos. O Sr. Governador, que morava em Luziânia, deixou a vida empresarial para ingressar na política. Parte da herança do Sr. Governador foi deixada por seus pais. Portanto, o que se vê, hoje, na imprensa, é uma exploração por parte de setores políticos, que querem claramente denegrir a imagem de um homem de bem. Por isso, Sr. Presidente, vejo essas denúncias como maquinação eleitoral. Tentam atingir uma pessoa que, nos seus 33 anos de vida pública, sempre lutou contra a corrupção. Sou testemunha desses episódios da vida do Sr. Governador Joaquim Roriz e por isso, não posso ficar omissa à tão delicada situação por que passa o sr. Governador. Sei do seu caráter e personalidade, e imagino o quanto está sofrendo interiormente, com essas denúncias sem pé, nem cabeça. Fazem isso apenas com a intenção de macular a sua imagem! Acho que o mais importante é que se apurem - já que querem atingir a imagem de um homem público honesto -, as contas não somente daqueles que têm mandato eletivo, mas de líderes maiores de partidos, que fazem viagens faraônicas, viagens rápidas, através de jatinhos, e que, as vezes, são pagas por empresas que prestam serviços a prefeituras e governos estaduais, como é o caso da Nutrícia, que pagou viagens do Sr. Lula por todo o Brasil. A Nutrícia é bom deixar bem claro - prestava serviços à prefeitura de São Paulo que, na época, tinha como prefeita a Sra. Luiza Erundina. Esta empresa era obrigada



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

21

TAQUI.: RIVA

REVISOR: LIZETE

HORA: 10:25 Nº: 0.18.2

DATA: 17.11.93

ORADOR: TADEU RORIZ

a recolher 1% do que pagava à prefeitura, que recolhia em forma de publicidade, para o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, não sou eu quem está dizendo isso, isso está publicado no editorial do "O Estado de São Paulo". Inclusive, ontem, em sua sala, Sr. Presidente, peguei esse jornal, espantando-me, pois li a matéria que trata dessa denúncia de que a Nutrícia recolhia 1% de sua verba para os cofres do PT, no Estado de São Paulo. Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui os meus esclarecimentos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Benício Távare) - Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos presentes, quando ouvimos pessoas dizerem: há necessidade de se promover o desenvolvimento em nosso País, ficamos mais tranquilos, porque alguma coisa se desenvolverá. Ficamos tranquilos, principalmente quando há condição de percepção de valores morais, materiais e monetários.

Sr. Presidente, quando se fala, hoje, em um milhão e seiscentos mil dólares na conta de uma pessoa, muitos que não têm noção de valores,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

32

TAQUI.: Kátia

REVISOR: Alicéa

HORA:10:30 Nº:0-19.01

]ATA: 17.11.93

ORADOR: Dep. Fernando Naves

agf.

não têm noção de quantia em dinheiro, que não têm conhecimento, nunca viu isso na frente, nem o número, pelo menos, fica apavorado. Sinceramente, fico apavorado, quando vejo pessoas que não têm conhecimento e, principalmente, quando fazem vôos sem saber quem paga a conta. Principalmente. Voam do Rio de Janeiro, fazendo viagens para campanha de vereadores, não se importando em pagar, porque sabem que tem uma empresa que faz o pagamento, empresa que fornece alimentos para a Prefeitura do Estado de São Paulo, que tem como receber esse dinheiro - não sabemos como - e as pessoas ficam ignorando, porque nunca pagaram a passagem de um avião. E o pior é que o voo foi no avião do filho do Sr. João Alves, aquele que eles condenaram tanto! Agora, cada um tem o João Alves que merece. Eles também têm um João Alves aqui, Sr. Presidente. O ex-Secretário Municipal de Abastecimento, João Carlos Alves - e vamos tirar o Carlos, fica só o Alves - também foi denunciado pelo DECOM por prevaricação pelos gastos com publicidade, quando o órgão resolveu garantir à população de São Paulo que comprava melhor e mais barato. Esse é o João Alves deles também. Então, eles tem um João Alves.

Tem mais aqui, Sr. Presidente. O pior é que a firma que pagava os vôos para eles fazerem as campanhas políticas - o Presidente do Partido não faltou a uma só, a um só comício - foi só mudar o Prefeito, para cancelar o



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

33

TAQUI.: Katia

REVISOR: Alicéa

HORA: 10:30 Nº: 0-19.02

ATA: 17.11.93

ORADOR: Dep. Fernando Naves

agf.

contrato e a empresa entrar em concordata. De 700 funcionários que possuía a empresa baixou para 300.

Imagine, Sr. Presidente, o que não corria por trás disso daí, imagine como pagavam os vãos para baixo e para cima, quando o Presidente simplesmente dizia: "Não sei quem paga, não preciso saber quem paga". Imagine, Sr. Presidente, a que pé chegamos. "Quem pagou foi um empresário, meu amigo, muito rico, tem muito dinheiro". É difícil, Sr. Presidente. Depois, chegam aqui com pinta de moralistas: "Nos somos os donos, nós sabemos, nós somos os moralizadores". Vou falar, Sr. Presidente, a rataiada está andando lá dentro da casa deles à vontade, agora ficam querendo limpar a casa dos outros.

E outra coisa, Sr. Presidente, essas denúncias de quantia, de recursos de qualquer pessoa, isso é muito sério se formos analisar pro outro ângulo, Sr. Presidente. Sabemos que, hoje, o crime organizado, em nosso país, está se desenvolvendo a cada dia. Imagine qualquer ocorrência que vier a surgir, envolvendo até sequestro de uma pessoa denunciada, que possui os recursos, no sentido de exigir resgate, os responsáveis, aqueles que fizeram as denúncias, terão que ser responsabilizados.

Agora, vir dizer, e até admiro muito que estejam querendo criar sensacionalismo, mas não entendo que isso seja Justiça de maneira nenhuma.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

34

TAQUI.: Kátia

REVISOR: Alicéa

HORA:10:30 Nº:0-19.03

DATA: 17.11.93

ORADOR: Dep. Fernando Naves

agf.

Algumas pessoas poderiam muito bem, até, de dentro desse esquema que está montado para desestabilizar o Poder, ligar para os próprios promotores públicos, fazendo ameaças para passar como se fossem pessoas que estejam do outro lado. Isso aí tem que ser investigado mesmo, porque, de repente,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

35

TAQUI. : GILWÂNIA

REVISOR: ALICÉA

HORA: 10:35 Nº: 0:20.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: FERNANDO NAVES

*Célio.

aqueles que têm interesse em desestabilizar o Estado, o Governo, começam a fazer ameaças à promotoria Pública para passar como se fossem os que, hoje, estão sendo denunciados.

Sr. Presidente, é um jogo que tem que ser analisados com muita seriedade.

E essa questão de mandar filhos para fora do País, é um esquema que funciona e sabemos que existe, a possibilidade de acontecer. Sabemos disso. As vezes, imaginamos que estamos longe dos criminosos, mas não estamos tão longe assim, não, Sr. Presidente.

Penso que deve ser feita uma averiguação no próprio Poder Público. O Ministério Público tem condições de fazer essa averiguação, sem antes de dizer que está sendo ameaçado por isso ou por aquilo, tomar as providências, sim, mas averiguar, investigar a fundo, para saber de onde estão saindo essas ameaças.

Nada retira da cabeça de quem pensa com mais firmeza, com um raciocínio mais lógico, que isso pode ocorrer até da parte mais interessada em desestabilizar o Estado.

Sr. Presidente, fica aqui uma reflexão: que essa condição de ameaça, não entendo que seja feita pela polícia, porque ela não faz isso. A polícia está



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

36

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: ALICEA

HORA: 10:35 Nº: 0-20.2

DATA: 17.11.93

ORADOR: DEPUTADO FERNANDO NAVES

querendo averiguar, investigar até chegar aos culpados. Isso aí é jogo de cena

contra a ^Dpolícia para desestabilizá-la.

Fica aqui a nossa pergunta; e a *mutua* como ficará? E

os voos, como ficarão?

Era o que tinha a dizer.

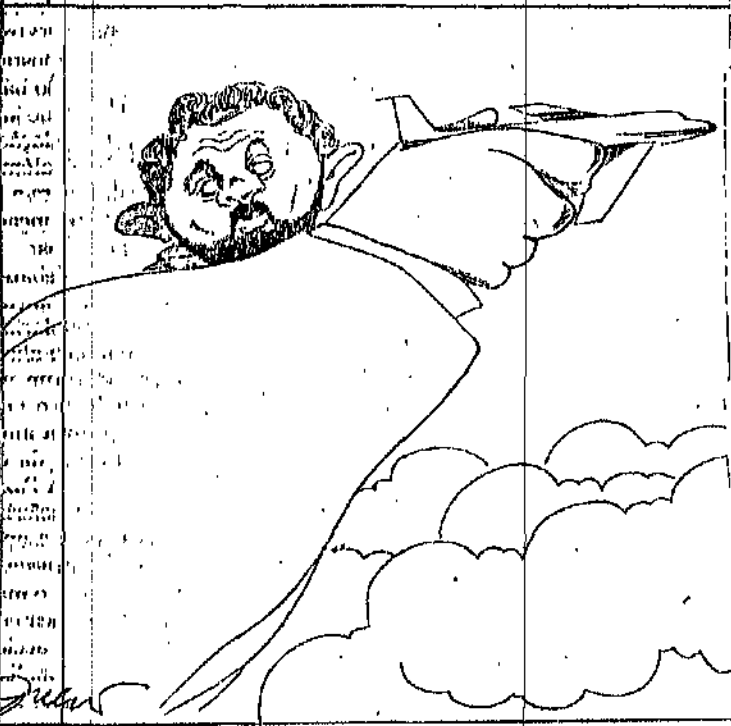
Documento a que se refere o Sr. Deputado Fernando Naves) 37

Aug

O ESTADO DE S. PAULO - A3

NOTAS E INFORMAÇÕES

TERÇA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1993



Vôo cego

O presidente do PT, Luiz, Inácio Lula da Silva, é uma pessoa apressada. São muitos os seus compromissos políticos, especialmente em período eleitoral. Assim sendo, dispensa maiores curiosidades tanto sobre

b e c l l s t o quanto sobre o bolso que paga o que é ganho no tempo que deslocamentos aéreos sempre encurtam. Na campanha das eleições municipais de 1992, o líder petista tinha grande urgência de ir e vir, primeiro a Macaé e depois a Volta Redonda, partindo nas duas oportunidades do Rio de Janeiro. Problema colocado, solução encontrada: alugar um jatinho. Particular. Como o presidente do PT nunca pergunta a quem

n e e quem paga tanta velocidade não faltou a nenhum comício dos candidatos do seu partido. A Ajax Táxi Aéreo (empresa à época pertencente ao filho do deputado João Alves) não falha e transportou o ex-sindicalista com inegável eficiência. Quanto à conta nenhum problema; para isso existe o "burguesia esclarecida", o amigo rico" daqueles que usam a estrela vermelha o honram as faturas. Nesse caso, o mecenas "progressista" não fornecia apenas velocidade ideal à liderança máxima do PT; as faturas das viagens foram pagas pela Nutrícia S.A. produtos Dietéticos Nutricionais, que ao longo de toda a administração Luíza Erundina forneceu também inúmeros produtos para a merenda escolar. Km tempo: esse mecenas agora está concordatório; seu quadro de funcionários caiu de 700 para 300 desde que a atual administração paulistana rompeu o contrato de fornecimento da empresa.

O mais curioso é que o passageiro do jatinho da felicidade reafirma não ler o "menor idêia" de quem forneceu o dinheiro para pagar a fatura; esse é um problema do "presidente do partido no Rio" insiste Lula. Será que o presidente do PT, dono do 30 milhões de votos na última eleição presidencial, embarca em qualquer condução sem perguntar quanto custa? Será que ele pelo menos se pergunta, ou indaga de alguém, qual o destino final da viagem? Ou o experiente político Lula acredi-

Se não se preocupar com quem paga a conta, Lula terá sempre mecenas de "direita"

ta na existência de "almoco grá-lis"? Se tudo é responsabilidade regional, que fazer com a desculpa encontrada, por Milton Temer, membro do Diretório Nacional do partido, que assumiu toda responsabilidade no episódio, nomeando um único culpado: foi "a pressa"? O candidato a candidato do PT ao governo de São Paulo, deputado José Dirceu, preferiu falar em "infeliz coincidência", inaugurando a ura das

coincidências adjetivadas: as desafortunadas, as desastradas, monos as imorais o aéticas, é claro. Para não lembrar das criminosas.

Km janeiro de 1991 — os "voos cegos" de Lula ocorreram em maio e, agosto de 1992 —, a Delegacia de Polícia do Consumidor (Decon) já se "interessava" pela remessa de um contrato do coordenador da merenda escolar na administração Luíza Erundina As empresas fornecedoras de alimentos, pedindo 1% do faturamento do 1000 a Ululo do "doação espontânea" para financiar as campanhas publicitárias da Secretaria Municipal do Abastecimento. Qual terá sido a resposta da Nutrícia S.A. a esse pedido oficial? Segundo Milton Temer, o dono da empresa que pagou o aluguel dos jatinhos que transportaram Lula e comitiva é "de direita" e fez tal despesa a título pessoal em consideração a ele, Temer. Será que a doação "espontânea" podida pela Secretaria Municipal de Abastecimento também obedecia a critérios de relações pessoais?

O capítulo merenda escolar foi a parte mais delicada da administração "democrática o popular" de São Paulo, ao lado do caso CMTC, do caso CLET, do contrato do Autódromo de Interlagos, do caso Libeca. O ex-secretário municipal do Abastecimento João Carlos Alves foi denunciado pelo Decon por prevaricação pelos gastos com publicidade, quando o órgão resolveu garantir à população de São Paulo que comprava "melhor e mais barato". Talvez por não ter dúvida disso, o dono da empresa fornecedora pagava viagens da liderança petista, apesar de ser "de direita". Como Lula nunca perguntou quem pagava a conta, sempre almoçou com problemas.



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

38

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: ALICEA

HORA: 10:35 Nº. 0-20.4

DATA: 17.11.93

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, alguns discursos aqui me parecem surrealistas ou desvinculados com a prática do Parlamentar.

Senão, vejamos: alguns Deputados que me antecederam, colocaram que existem irregularidades em outros partidos, que outros governantes políticos também cometeram erros. Pergunto aos Srs. Deputados:

(Se são aqui partidários de que um erro justifica o outro. ? Por

que me parece ^A que é assim que os Deputados vêm agindo, ou seja, o Governador tem errado, mas S. Exa. não é o único. Existe outro que também pegou um avião, outro que também recebeu favores de empresários, um outro que também tem conta milionária nos Bancos. E isso está correto? E nós, os vinte e quatro Deputados ^{distritais} estamos coniventes com essa prática?

Quero me colocar, neste momento, enquanto cidadã brasiliense, enquanto representante de uma parcela da população* Nenhum ser humano está imune de ter cometido erros. Isso é verdade. Mas a sociedade não quer mais a presença nos parlamentos e ^{nos} Governos, de pessoas que se completam com o dinheiro público, que desviam as verbas públicas para a sua família, para os seus amigos,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

39

TAQUI.: GILWANIA

REVISOR: ALICEA

HORA: 10:35 Nº: 0-20.5

DATA: 17.11.93

ORADOR: DEPUTADA LÚCIA CARVALHO

que intermediam licitações. É nisso que estamos querendo dar um basta, doa a quem doer, representantes que quais partidos sejam. A população não está colocando no campo ideológico essa discussão, mas no campo ético, moral. E aqueles que tiverem ética, moral, vão assinar a CPI desta Casa. Aqueles que não tiverem, não colocarão os seus nomes na CPI, porque temem.

Quero fazer um desafio ao Sr. Governador Joaquim Roriz: S. Exa. disse que era um indivíduo rico, que antes de ser Governador tinha muitas posses, que a utilização...

s/Célia.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

40

TAQUI.: Célio

REVISOR: Lilian

HORA: 10:40 Nº: 0:21.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (CONTINUAÇÃO)

*célio.

No 1º semestre de 1989, de 1.600.000 ^{dólares} Pouco dinheiro? Não. Muito dinheiro, mas muito, mas muito dinheiro mesmo! Vamos fazer as contas aqui do que significa 1.600.000 dólares em apenas uma conta do Sr. Governador, no 1º semestre de 1989, apenas num semestre. — Estamos apenas na ponta de um iceberg, com certeza, esse dinheiro dá para comprar muitas residências, dá para comprar a Sambamba inteira. Esse valor é superior a 4.000 cabeças de gado.

Faço um desafio ao Sr. Governador: abra suas contas Sr. Governador, entregue a esta Casa a sua declaração de Imposto de Renda de 1987, antes de ser Governador do Distrito Federal. O Sr. foi Governador a partir do 2º semestre de 1988. Entregue sua declaração de imposto de Renda de 1987, 1988 e a de 1992. Comece a prestar contas à população que o elegeu, comece a prestar contas, não chorando, dizendo que tem gente o caluniando na Câmara Legislativa. Traga documentos. Eu gostaria que S.Exa. fizesse isso voluntariamente, mas como tenho certeza de que não o fará, e como esta Casa tem a prerrogativa de conhecer as contas do Sr. Governador, estou entrando com um requerimento à Presidência desta Casa no qual solicito essas declarações. Temos uma legislação federal que nos permite isso. Que o Sr. Governador comprove suas posses em 1987, porque o que temos percebido é que o Sr. Governador pouco tem, em propriedades. Então, como é que manipula 1.600.000 dólares? Se S.Exa. é rico, que mostre ao povo brasileiro o que tinha em 1987, 1988 e pare de fazer demagogia e discurso, pedindo ao povo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

41

TAQUI.: Célia

REVISOR: Lilian

HORA: 10:40 Nº: 0:21.2

DATA: 17.11.93

ORADOR: DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (CONTINUAÇÃO)

*Célio.

que o proteja, que reze por ele. O povo está precisando mais do que isso, Srs. Deputados, o povo está precisando que o Sr. Governador mostre sua declaração de Imposto de Renda e diga que movimentou 1.600.000 dólares naquela época, porque vendeu 10.000 cabeças de gado das 20.000 que possuía. Que S.Exa. mostre o que tinha em 1988 e não fique se lamentando, fazendo chantagem emocional com o povo.

É isso que solicito. E dou entrada, nesta Casa, a este requerimento, para que possamos ter a declaração de Imposto de Renda do Sr. Governador. Desta maneira diremos a toda a sociedade que não temos culpa no cartório. Não precisamos fazer chantagem, dizendo que "o rabo do outro é maior do que o nosso". Se alguém está dizendo que temos culpa, que vá ao Tribunal, como a 1ª Secretaria fez em relação à questão que o Deputado Fernando Naves denunciou, e à questão dos vales-transporte, que virou uma questão política nesta Casa. Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, solicitamos a intervenção do Tribunal de Contas.

Faça como nós, Deputado Fernando Naves, não fique só apontando os erros dos ou-

Este é o nosso desafio:
tros. Solicito ao Sr. Governador que torne pública a sua administração como nós fizemos na 1ª Secretaria desta Casa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

43

TAQUI.: Célio

REVISOR: Lilian

HORA: 10:40 Nº: 0:21.4

DATA: 17.11.93

ORADOR:

*Célio.

O SR. FERNANDO NAVES - Sr. Presidente, peço a palavra para o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso Governador jamais prestará contas a esta Casa da forma como o fez a 1ª Secretaria. Jamais! Porque a 1ª Secretaria até hoje não prestou conta alguma. Ela mesma instalou uma sindicância e mandou arquivá-la. Ela mesma mandou fazer isso através de seus funcionários. Desejo que ela peça à Mesa para nomear pessoas de fora, para investigação interna. Queremos saber como fica a situação dos vales-transporte, Sr. Presidente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

44

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: LILIAN

HORA: 10h45 Nº: 0.22.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: O SR. FERNANDO NAVES (Continuação)

célio

Como vai ficar a situação da folha de pagamento pois disseram numa matéria no jornal que a Deputada foi inocentada pelo Tribunal. Nada disso, eles estão com dois processos em mãos. O Tribunal não inocentou coisa nenhuma. Foi acrescentar mais nomes que estavam envolvidos.

A questão do arquiteto, Sr. Presidente. Foi aumentado o quadro, incluindo mais um arquiteto sem aprovação deste Plenário. Como a 1ª Secretária vai prestar conta dessa forma? O Ato da Mesa não coincide com o número da Ata de reunião. O ato que foi mandado para a Mesa assinar, pedindo ampliação de quadro não havia nada disso, A 1ª Secretária, prestou todas essas informações, cheias de contradições, desde a exposição de motivos pedindo que fosse mudado o Ato, que aumentasse o quadro para dois arquitetos.

A questão da declaração do Imposto de Renda de um servidor em 1990, do qual foi descontado o Imposto e a Receita Federal não tomou conhecimento disso. O servidor requereu, na época da declaração do Imposto de Renda, devolução e lhe foi negado, porque não constava nada na Receita Federal, nem o seu nome.

Então, Sr. Presidente, tenho certeza que o nosso Governador não prestará contas da mesma forma que a 1ª secretária. A 1ª Secretária pode ficar tranquila porque o Sr. Governador não vai prestar conta dessa forma, S. Exa. não tem nada a temer, e tem documentos que comprovam toda a origem do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

45

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: LILIAN

HORA: 10h45 Nº: 0.22.2

DATA: 17.11.93

ORADOR:

agf.

seu dinheiro, toda a origem de seus recursos.

Sr. Presidente, a própria CPI do Congresso Nacional já está fazendo esse levantamento e S.Exa. tem condições de comprovar tudo isso. Temos certeza de que S.Exa. não prestará contas da forma como o fez a 1ª Secretaria, porque não concordamos com esta condição.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Membro desta atual Mesa, quero perguntar ao Deputado Fernando Naves até quando S.Exa. vai ficar fazendo perguntas que já tem respostas por escrito no seu Gabinete, e já conhece devidamente a história e sabe que esses fatos não ocorreram na gestão desta Mesa que hoje dirige a Câmara Legislativa, Até quando o Deputado vai continuar fazendo essas perguntas e dizer que não tem respostas? Estamos cansados de ouvir este tipo de afirmação não verdadeira. Trarei aqui todos os ofícios que já enviei ao Deputado, todo o documento que o Tribunal de Contas já nos forneceu, através de investigação na 1ª Secretaria porque gostaria muito de ver um ponto final nisso, porque o Deputado fica levantando questões que não existem mais nesta Casa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

46

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Lilian

HORA: 10:45 **Nº:** 0-22.03

DATA: 17.11.93

ORADOR:

agf.

A questão do arquiteto ocorreu na gestão da Mesa anterior. Foi aprovada por Ato da Mesa da qual o Sr. Deputado Benício Tavares era o 3º Secretário, e nós, desta atual Mesa, não temos que responder pelo aumento dessa vaga de arquiteto. Isso é denúncia? Se houve um ato falho, como é Ato da Mesa, que faça-se um projeto de resolução, mas não vamos dizer que isso é crime. Eu não incrimino a Mesa anterior, embora não tenha participado dela. Se existem falhas em todas as áreas desta Casa, que não sejam para locupletar alguém. E isso que estamos discutindo aqui: se tem alguém pegando dinheiro do patrimônio público. Quanto aos vales-transporte, ninguém sabe até hoje se foram 1.000, 2.000, 3.000 ou 5.000. Quero saber. Não foi na nossa gestão, mas gostaria de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

47

TAQUI.: ELIANE REVISOR: LILIAN HORA: 10:45 Nº: 0:22.4

! DATA: 17.11.93 ORADOR;:

*Célio.

saber, Sr. Presidente. Acho que o Sr. também deveria ser o primeiro a querer saber. Existe uma contabilidade nesta Casa que nunca fez a contabilidade desses vales e que funciona na 2ª Secretaria. Alguém perguntou a ela? Não somos nós da 1ª Secretaria que compramos os vales. É a 2ª Secretaria que os compra e os repassa à 1ª Secretaria.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

48

TAQUI.: YÊDA(Clara)

REVISOR: GERALDO

HORA:10:50 Nº:SO.23.1

DATA: 16.11.93

ORADOR: (cont. - Inácio Carvalho)

Cadê a contabilidade na época? Porque atualmente, com o Deputado Peniel, combinamos uma forma da 2ª comprar, averiguar e nós distribuirmos e fazer a contabilidade.

Então, não dá para ficarmos respondendo a coisas tão mesquinhas e miúdas, quando estamos discutindo o gerenciamento do Distrito Federal e não questões menores, burocráticas e administrativas desta Casa que, tenho certeza, não tem envolvimento de corrupção de nenhum funcionário e de nenhum Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Não se tratou, de uma Questão de ordem, mas de um esclarecimento. Fica registrado.

Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs, Deputados, população aqui presente no dia de hoje, a sociedade de Brasília vive momentos de inquietação, de indagação, semelhantemente a toda^a população brasileira.

Eu gostaria, Sr. Presidente, na minha rápida intervenção nesta manhã, de deixar claro ao Plenário desta Casa e a toda a sociedade brasi-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

49

YÊDA
TAQUI.: (CLARA)

REVISOR: Geraldo

HORA: 10:50 Nº: 50.23.2

DATA: 16.11.93

ORADOR:

liense, com relação ao quadro que nós estamos vivendo. Eu creio que ne-
nhum prejulgamento pode acontecer sem que se ouça^m e se identifique^m as ori-
gens dos recursos, ora apontados, de um depósito na casa de um milhão e seis-
centos mil dólares. Naturalmente, o montante não é pequeno e sim um montante
expressivo. No entanto, nós estamos em um processo de averiguação no qual só
teremos condições de saber a procedência se •• de fato ^houver condições de
averiguação. Esta Casa tem essa ⁺responsabilidade. Ela é, *no Distrito Federal, e o*
Poder Legislativo que acompanha o que está sendo desenvolvido no Con-
gresso Nacional. Portanto, nós não podemos nos furtar desta ⁺responsabilidade.
Ademais, nós estamos tendo essa denúncia advinda de dois promotores da
maior respeitabilidade dentro da nossa cidade: o Dr. Eduardo Albuquerque
e a Dra. Arinda Conceição. Ora, ambos ^{os} promotores públicos estão sendo amea-
çados de morte. Essa cidade detém uma Secretaria de Segurança Pública, res-
ponsável pelo processo de inquérito, ^{que} inclusive foi afastada por não mais
gozar de confiança por parte dos promotores Públicos. *Hoje,* . . .
esses mesmos Promotores estão sendo alvo de ameaças.

A questão é de interesse nacional e até mesmo de interesse
internacional do ponto de vista da idoneidade da nossa Nação, particular-
mente das nossas instituições, em especial o Parlamento. Nós não podemos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

50

TAQUI.: YÊDA (Clara)

REVISOR: Gerlado

HORA .10:50 Nº: 50.23.3

DATA: 16.11.93

ORADOR:.

nos furtar nem nos omitir neste momento, ^{eu} não creio que haja qualquer intenção dos nobres colegas Parlamentares de tentar investigar o quadro aqui colocado ^{sobre} o Sr. Fábio Simão, o Dr. José Roberto Arruda, ^e hoje ^{também sobre} o Sr. Governador. Eu creio que nós, pela legitimidade conquistada nas urnas — assim como o Sr. Governador — temos de aprofundar essa discussão e temos de investigar. É uma responsabilidade que a população cobrará desta Casa; os nossos filhos cobrarão de nós* os nossos amigos cobrarão de nós e, em especial, os nossos eleitores cobrarão de nós.

Ora, esta questão que hoje envolve alguns personagens, e muito bem disse o Deputado Cláudio Monteiro, quando afirmou que ~~não é~~ a Polícia Civil, mas apenas alguns elementos que, de forma irresponsável, inclusive, assumiram a de gravação das fitas.

S/Lúcia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

51

TAQUI.: Lúcia (Nara)

REVISOR: Geraldo

HORA: 10:55 Nº: S0/24.1

DATA: 07.11,93

ORADOR: Wasny de Roure

da casa do Dr. José Carlos. Por que um documento da mais alta importância num processo é simplesmente desgravado e agora desaparecido desse processo e desse auto ? Qual é a responsabilidade daqueles da Polícia Civil que assim autorizaram? E, a par disso, nós temos hoje, nas manchetes, denúncias de que os Promotores Arinda Fernandes e Eduardo Albuquerque correm risco de vida por estarem apurando o envolvimento da própria Polícia Civil no caso do desaparecimento da Sra. Ana Elizabete, esposa do Dr. José Carlos.

Portanto, esta Casa tem uma missão. Se ela não cumprir sua missão, a sociedade cobrará de nós, inquestionavelmente. Melhor dizendo, ela já está cobrando de nós. E nós Parlamentares, que temos responsabilidade, dignidade e honradez, não podemos nos furtar a esta questão.

Em que pese as irregularidades de outros, não se justifica que nós também as cometamos.

O Deputado Esperidião Amim colocou muito bem a questão da CPI da CUT, que vai ser apurada, ainda que eu entenda que a CUT seja uma organização participar que não passa pelos recursos do Estado, A CPI vai ser averiguada, e não há dúvida disso. Puna quem deve ser punido. Agora, não venha justifi



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

52

TAQUI.: Lúcia (Nara)

REVISOR: Geraldo

HORA:10:55 Nº: S0/24.1A

DATA: 17.11.93

ORADOR: Wasny de Roure

car uma irregularidade para acobertar uma outra. Isso é o pior que pode acon

cer nesta Casa, mas lamentavelmente há pessoas que racio cinam desta forma.

Nôs não podemos vender a honestidade a tostões de miúdo, porque isso



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

53

TAQUI.: LÚCIA (Nara)

REVISOR: GERALDO

HORA: 10h55 Nº: SO/24.2

DATA: 17.11

ORADOR: Wasny de Roure

irá destruir o que pouco resta do Parlamento brasileiro.

Acredito, Sr. Presidente, que o Parlamento brasileiro,

com a CPI no Congresso Nacional, cumpre um momento importantíssimo para a *nossa Nação*, porque dentro do próprio Congresso Nacional é que se

está levando todo o processo da depuração. NÓS não podemos, neste momento, investirmos contra a CPI do Congresso, ou alimentar vozes dissonantes. Muito pelo contrário, devemos ~~nos~~ integrar àqueles que querem, de fato, apurar as irregularidades. Portanto, cumprimento o Deputado Sigmaringa Seixas, que honra o Distrito Federal, e que sirva de exemplo aos que negam o estado de honra de que o Distrito Federal merece, mas vão para Comissão Parlamentar de Inquérito para poder intimidar parlamentares honrados e respeitados simplesmente porque foram atrás das fitas ^a que não estavam tendo possibilidade de ter acesso.

Sr. Presidente, ainda para concluir a nossa intervenção nesta manhã, gostaria de notificar os colegas parlamentares que na última 5ª e 6ª feiras e no sábado, participamos -do 3º Encontro Nacional do Aleitamento Materno, representando a Câmara Legislativa, a qual nós faremos, em seguida, o encaminhamento dos documentos ~~da~~ entregues a nós, para que possa ser divulgado em toda a Casa.

Gostaria de notificar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as organizações internacionais envolvidas nesse processo, como a Unicef, a ABA,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

54

TAQUI.: LÚCIA (Nara)

REVISOR: GERALDO

HORA: 10h55 Nº: SÓ/24.3

DATA: 17.11

ORADOR: Wasny de Roure

e também o "Internacional Baby Food" estarão promovendo em breve, na Cidade
j de Buenos Aires, um encontro sobre legislação ^{respiro a} amamentação materna, como
redutor fundamental na mortalidade infantil, sobretudo nos países do Terceiro
Mundo.

Sr. Presidente, são essas as considerações.

Muito obrigado.

S/LARA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

55

TAQUI.: Lara

REVISOR: Edson

HORA: 11:00 Nº:0-25.01

DATA: 17.09.93

ORADOR:

agf.

(Assume a Presidência a Deputada Lúcia Carvalho.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando estamos assistindo ao país atravessar esta crise, inclusive o risco de as instituições perderem aquilo que a população brasileira demorou décadas para conquistar - o Estado de Direito, a democracia -, quando deveríamos estar debatendo os grandes temas nacionais, quando deveríamos estar procurando saídas para o País, saída para a democracia, quando o Congresso Nacional passa por um verdadeiro turbilhão, quando as instituições são questionadas por toda a Nação; ouvimos, da tribuna desta Casa, os velhos e surrados discursos, ultrapassados e fora de hora, sobre questões de um arquiteto a mais ou desvio de vale-transporte que foi apurado ou não, e que fizemos questão de apurar Sra. Presidente, esta é uma argumentação mesquinha, incompetente, uma argumentação medíocre, que, efetivamente, não leva a lugar algum.

Precisamos pensar grande! Pensar como sair desta crise! Saber, verdadeiramente, se temos de instalar ou não, nesta Casa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quando temos evidências claras da sua necessidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

56

TAQUI.: Lara

REVISOR: Edson

HORA: 11:00 Nº 5 0-25.02

DATA: 17.11.93

ORADOR: Pedro Celso

agf.

Não queremos aqui prejulgamento, mas a intransigência da Bancada Governista e do próprio Governador Roriz, em não permitirem que se instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito, deixa a todos perplexos. Senão, vejamos as evidências: primeiro, a denúncia do ex-Diretor-Geral do Departamento de Orçamento-Geral da União, Sr. José Carlos Alves dos Santos, que cita o Governador Joaquim Roriz, e, diz mais, que o Deputado João Alves teria falado ao Sr. José Carlos Alves dos Santos que tinha feito um bom acordo com o Governador Joaquim Roriz - está nas fitas, a imprensa publicou fartamente. E ainda virem dizer que o Governador tem colaborado no sentido de que as denúncias sejam apuradas?! Isto é faltar com a verdade. Foram setores da Polícia, chamemos assim, não incluo aí toda a instituição, pelo menos a cúpula da Polícia foi a responsável pela destruição das fitas gravadas na residência do Sr. José Carlos Alves dos Santos, Por que destruir as fitas com o argumento pífio, com o argumento falho de que não existia dinheiro para comprar outras fitas e aí desgravaram aquelas, sobre uma situação de tamanha gravidade.

Temos de estar atentos.

Agora mesmo dois Promotores Públicos, temos de respeitá-los, são duas autoridades, dizem que estão tendo ameaça de vida, por se estarem contrapondo a esse esquema montado na Polícia Civil do Distrito Federal, que a im-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

67

TAQUI.: Lara

REVISOR: Edson

HORA: 11:00 Nº: 0-25.03

DATA: 17.11.93

ORADOR: Pedro Celso

agf.

prensa também noticia fartamente.

Coloca-se aqui outro indicio sério na história do desaparecimento dos 35 mil dólares da casa do Governador Joaquim Roriz, de onde a imprensa também noticia que foi tirada uma quantidade, de forma que não se percebesse que aquele dinheiro estava sendo tirado. O Secretário de Comunicação Social do Palácio do Buriti foi o primeiro a vir aos meios de comunicação dizer que aquele dinheiro estava sendo trazido dos Estados Unidos pela filha do Governador Joaquim Roriz, e logo depois denuncia novamente que o Sr. Governador pedia tratamento especial aos seus familiares na Alfândega do Aeroporto de Brasília. Ou seja, as bagagens dos parentes do Sr. Governador Joaquim Roriz não eram fiscalizados no Aeroporto e o próprio Secretário de Comunicação Social diz que os dólares que foram encontrados na casa do Governador Joaquim Roriz vieram pelas mãos da filha dele dos Estados Unidos, passados pela Alfândega do Aeroporto de Brasília. São evidências demais!

Agora descobre-se um milhão e seiscentos mil dólares na conta do Governador. Não sei como ele obteve esse dinheiro, espero que tenha sido de forma lícita. Queremos investigar, porque, convenhamos, trata-se de uma soma astronômica.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

58

TAQUI.: Sulamita

REVISOR: Edson

HORA:11;05 Nº:0-26.01

DATA: 17.11.93

ORADOR: Pedro Celso

agf.

As fitas também citam, fartamente, o principal Secretário de Governo desta cidade, o Sr. José Roberto Arruda. Falam que recebeu 30, recebeu 50 ou recebeu 80, parece que era um golpe, era para dar 80 e só deram 50. É uma coisa desse tipo. Parece que é um puxando o tapete do outro.

Então, queremos investigar. Por que não levar adiante a proposta da Deputada Lúcia Carvalho, de ouvirmos aqui, nesta Casa, em sessão secreta, as fitas para que nos possamos posicionar. Por que não convocar uma sessão secreta e ouvirmos essas fitas, para que tenhamos maiores esclarecimentos.

Sra. Presidente, vêm ainda à tribuna tentando acusar, tentando desviar o assunto, que o Partido dos Trabalhadores, que Lula andou em jatinhos. Realmente andou, Sra. Presidente, andou eu um jato de uma empresa que existe de fato, e o jatinho foi pago, ao contrário das histórias contra o Sr. Governador Joaquim Roriz, que não se sabe se pagava com dólares vindos de onde, e pagou vôos superfaturados, custavam 300 dólares a hora e foram pagos 600 a uma empresa fantasma, e não sabe de onde vieram os dólares, parece que passaram pela SAB e por algumas empresas da CEASA.

Com relação à denúncia sobre a NUTRÍCIA, da Prefeitura de São Paulo, que se apure, que a Câmara de Vereadores do Município de São Paulo



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

59

TAQUI.: Sulamita

REVISOR: Edson

HORA: 11:05 Nº: 0-26.02

DATA: 17.11.93

ORADOR: Pedro Celso

agf.

instale uma CPI e apure. E por que não fazemos o mesmo aqui, nesta Casa?

Sra. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, na Câmara Federal vai votar pela instalação da CPI da CUT. Não temos medo da verdade, não temos medo de ~~apuração~~ ^{apuração}, e se houver entre nós alguém que tenha cometido ilícito, seja punido, porque não estamos aqui dizendo que somos anjos de alma pura. Com certeza pode aparecer ~~alguém~~ ^{alguém}. Se aparecer, queremos a punição.

Esta é a demonstração clara e inequívoca do nosso Partido, quer apurar, quem quer que seja. É a votação da CPI da CUT no Congresso Nacional. Por que que não se imita o mesmo gesto aqui, na nossa Câmara Legislativa?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Encerrado o Pequeno Expediente.

Solicito ao Deputado Eurípedes Camargo' auxilie os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, expediente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(P)

ps

TAQUI.: Sulamita

REVISOR: Edson

HORA: 11h05 Nº: 0-26/3

PATA: 17/11

ORADOR: A SRa. Presidente.

Solicito ao Sr. Secretário proceda ^{seu} a leitura.

CO sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à
leitura do seguinte:)



SVLA/5km
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L 100
17/11/93

0-26/4
f1

REQUERIMENTO Nº /93
(Da Deputada Lúcia Carvalho)

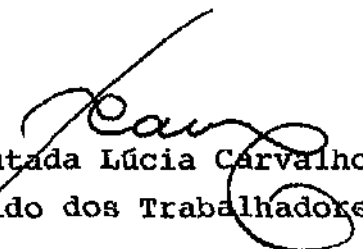
Requer à Presidência da Câmara Legislativa que requisiite documentos à Delegacia da Receita Federal,

Nos termos do inciso XIII do art. 106 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, solicito à Presidência desta Casa que requisiite à Delegacia da Receita Federal a Declaração de bem; atualizada do Sr. Governador do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Tal solicitação deve-se a obrigatoriedade imposta pelo g 2º do Art. 13 da Lei² 8.429/92, a qual dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, e dá outras providências.

Sala das Sessões, de de 1993


Deputada Lúcia Carvalho
Partido dos Trabalhadores

Celina / Lilian

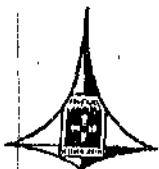
17/11/93

10:40h

O.21.3

42

(Documento a que se refere a oradora.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**REQUERIMENTO NO /93
(Da Deputada Lúcia Carvalho)**

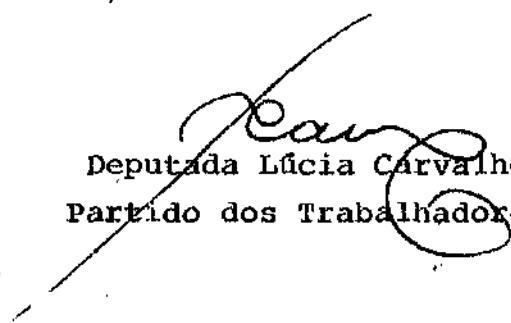
Requer à Presidência da Câmara Legislativa que requisi-te documentos à Delegacia da Receita Federal.

Nos termos do inciso XIII do Art. 106 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, solicito à Presidência desta Casa que requisi-te à Delegacia da Receita Federal, a Declaração de bens atualizada do Sr. Governador do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Tal solicitação deve-se à obrigatoriedade imposta pelo § 2º do Art. 13 da Lei 8.429/92; a qual dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências.

Sala das Sessões, de de 1993


Deputada Lúcia Carvalho
Partido dos Trabalhadores



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2100
17/11/93
0.26/5
62

PROJETO DE LEI Nº /93

(Do ~~Senhor~~ ^{Sen} Deputado Jorge Cauhy)

"Estabelece normas e critérios para que todos os objetos achados nos logradouros e locais públicos e não reclamados no prazo de cento e vinte dias sejam revertidos em favor de instituições assistenciais do Distrito Federal, e dá outras providências".

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º. Os objetos achados nos logradouros e locais públicos (rodoviárias, rododiferroviária, aeroporto, estações do metrô, feiras, centro de convenções e outros), se não reclamados no prazo de cento e vinte dias, serão revertidos em favor de instituições assistenciais do Distrito Federal.

Art. 2º. As instituições a que se refere o artigo anterior, para serem beneficiadas, deverão preencher os seguintes requisitos:

- I - registro na Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária;
- II - atuação no âmbito do Distrito Federal;
- III - atendimento materno-infantil e de amparo à velhice.

Art. 3º. Caberá à Administração de cada Região Administrativa do Distrito Federal captar e distribuir os objetos referidos no art. 1º.

§ 12, o prazo estabelecido nesta lei não se aplica aos materiais perecíveis; que terão destinação imediata, regulada pelo órgão captador.

§ 2º. A perda de objetos poderá ser registrada na Administração Regional competente, nos termos do art. 4º.



§ 3º. As organizações de caráter público e que já prestem esse serviço à comunidade manterão seus procedimentos internos em consonância com o disposto nesta lei, no que couber.

Art. 4º. As Administrações Regionais divulgarão os objetos encontrados, especificando suas características básicas,

Art. 52 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

São frequentes as perdas de objetos e documentos pessoais em logradouros e locais públicos que, embora encontrados, muitas vezes não chegam a ser reclamados.

O que se pretende, com a presente propositura, é dar uma destinação com adequado aproveitamento àqueles objetos achados e não solicitados pelos seus proprietários, transcorridos cento e vinte dias de sua localização.

Com uma pesquisa de campo verificou-se que os documentos pessoais de identificação civil achados, após um período de trinta dias sem reclamação, são encaminhados pelas administrações que os encontram à Empresa de Correios e Telegrafos, que mantém uma central organizada para tal guarda. Feita a divulgação e passados seis meses sem procura, os documentos são enviados aos seus respectivos órgãos de emissão, de cada uma das unidades Federadas do País.

Observa-se a necessidade de similar regulamentação dos procedimentos no trato com outros objetos encontrados em logradouros e locais públicos, com vistas a favorecer instituições assistenciais que podem revertê-los em benefício da clientela carente atendida.

Algumas organizações de caráter público já possuem seções especializadas para atuação nesse sentido. É o caso da Infraero, que atua no Aeroporto Internacional de Brasília, e da Coordenadoria Especial do Metropolitano do Distrito Federal-



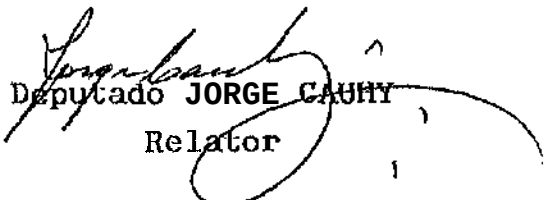
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

0-26/7

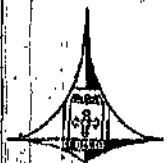
64

METRÔ/DF, que implantará o Programa de Perdidos e Achados (CPA) para tal fim. As demais carecem de sistematização de ações na coleta, guarda, divulgação e destinação dos bens perecíveis e não-perecíveis em condições de aproveitamento, razão por que apresentamos à apreciação desta Casa o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em .


Deputado JORGES CAUBY
Relator

MAP/MDG/ermc



2100 EM
17/11/93

0-96/9
86

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

PROJETO DE LEI Nº 793.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ
PARTIDO: PP

Autoriza o Governo do Distrito Federal a reservar, área na Região Administrativa de Recanto das Emas - RA-XV, para implantação de estabelecimentos hospitalares.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º - Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a destinar área na Região Administrativa de Recanto das Emas - RA-XV, para implantação de estabelecimentos hospitalares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário»

JUSTIFICAÇÃO

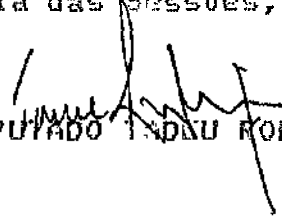
A Região Administrativa de Recanto das Emas foi recentemente implantada, tratando-se de núcleo habitacional em expansão.

O presente projeto de Lei objetiva destinar área naquela satélite a estabelecimentos hospitalares que, pela própria natureza, requerem espaços específicos e setorizados.

Entendo que, além dos benefícios que trarão estas Casas de Saúde àquela população, devemos, também, nos preocupar com sua localização, principalmente numa cidade que se inicia, reservando-lhes espaços onde o silêncio prevaleça, afastados do núcleo habitacional e fora dos locais de trânsito intenso.

Isto posto, esperamos a acolhida da presente proposição por esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO TADEU RORIZ

PROJETOS\RECAEMAS

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

PROJETO DE LEI Nº 793.

AUTORIA: DEPUTADO, TADEU RORIZ
PARTIDO: PP

Autoriza o Governo do Distrito Federal a reservar área na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV, para construção de Supermercados.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º - Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a reservar área na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV, para construção de supermercados.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A população residente na Região Administrativa de São Sebastião é constituída de pessoas de baixa poder aquisitivo, estando obrigada a adquirir produtos de alimentação e higiene a preços aviltados em pequenos comércios instalados.

A implantação de mercados de maior porte, certamente proporcionará ganhos aos consumidores, que sempre se beneficiam da concorrência entre as empresas.

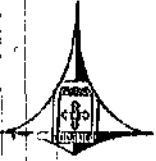
A presença do Poder Público, através de investimento no setor, também se faz necessária.*

Isto posto, conto com a acolhida da presente proposição por esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO TADEU RORIZ

PROJETOS\SÃO SEBAS



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2100 EN
17/11/93
0.26/8
65

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO Nº 792.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ
PARTIDO: PP

ASSUNTO: Sugere à Secretaria de Saúde do Distrito Federal a implantação de Plantão Médico noturno e nos fins de semana nos Postos de Saúde das Regiões Administrativas que não tenham hospitais em funcionamento.

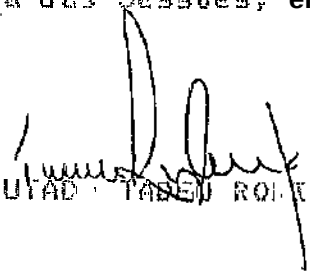
A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 195 do seu Regimento Interno, sugere à Secretária de Saúde a implantação de Plantão Médico Noturno e nos fins de semana nos Postos de Saúde das Regiões Administrativas que não tenham hospitais em funcionamento.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de uma justa reivindicação das comunidades mais carentes do Distrito Federal.

A implantação desses serviços de saúde é de primordial importância, visto que a maioria das cidades-satélites não dispõe de hospitais regionais, sobrecarregando os existentes com uma clientela que poderia ter solucionados seus problemas de saúde no Posto Médico.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO

Luiz Carlos J. N. (Sr. Sec. B. Cav.) 01/27.4 2190 EM
17/11/93
68

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO Nº 193.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDO: pp

ASSUNTO: Sugere à Companhia Energética de Brasília - CEE aumentar a capacidade da rede elétrica da Vila Metropolitana, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 105 do seu Regimento Interno, sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB aumentar a capacidade da rede elétrica da Vila Metropolitana, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de um Pleito dos moradores da Vila Metropolitana, que se ressentem de um melhor fornecimento de energia elétrica, uma vez que a rede atual se encontra sobrecarregada, ocasionando, muitas vezes, prejuízos aos habitantes daquela comunidade.

Sala da G. Sessões, em

Tadeu Roriz
DEPUTADO TADEU RORIZ

INDIC\CEB\METRO

Luiz - Carlos 11/10

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

0/27.2 2100 em
17/11/93

69

INDICAÇÃO Nº 793.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDO: PP

ASSUNTO: 2 Eligere à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB a implantação de Mercado Volante na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XVI

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 105 do seu Regimento Interno, sugere à Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB a implantação de Mercado Volante na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XVI.

JUSTIFICAÇÃO

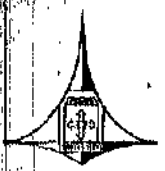
A cidade satélite de São Sebastião ainda não dispõe dos benefícios conquistados pelas demais Regiões Administrativas do Distrito Federal.

A população ali residente obriga-se a adquirir produtos de alimentação a preços não condizentes com sua capacidade financeira, em pequenos comércios instalados na Região.

Sala das Sessões, em

Tadeu Roriz
DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO Nº 793



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO Nº 193

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDO: PFL

ASSUNTO: Sugere ao Banco de Brasília - BRB a construção de Agência na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XVI.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 105 do seu Regimento Interno, sugere ao Banco de Brasília - BRB a construção de Agência bancária na Região Administrativa de São Sebastião - RA-XVI.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação da comunidade residente naquela satélite.

A falta de estabelecimento bancário na Região Administrativa de São Sebastião, obriga os habitantes a fazerem grandes deslocamentos para usufruir desses serviços, como também, inibe a prosperação do comércio local.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICADOR: BRB/SAO SE



Duque - Carlos M10
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

0/27/4 2100 em
17/11/93

41

INDICAÇÃO Nº 193.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Sugestão à Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal a adequação da Bica d'água da Metropolitana, para lavanderia pública.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 105 do seu Regimento Interno, sugere à Secretaria de Obras a adequação da Bica d'água da Metropolitana, para lavanderia pública.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de reivindicação da população residente nas proximidades da fonte de água em referência.

A bica d'água da Metropolitana já é utilizada para lavagem de roupas e carros, necessitando, apenas de pequenas melhorias para seu melhor aproveitamento.

Sala das Sessões, em

Tadeu Roriz
DEPUTADO TADEU RORIZ

INDIC/BICAMETR

01/275

, ftw^

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

72

INDICAÇÃO Nº 793.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDO: PP

ASSUNTO: Sugere à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo a colocação de aparelhos para a prática de educação física em Nova Divinópolis, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII.

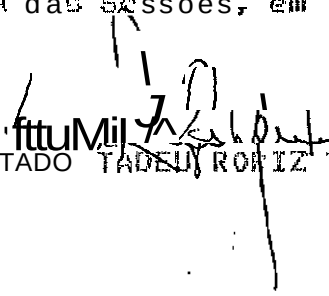
A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 105 do seu Regimento Interno, sugere à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo a colocação de aparelhos para prática de educação física em Nova Divinópolis, Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA-VIII.

JUSTIFICAÇÃO

Tratava-se de um pleito da Associação De Moradores de Nova Divinópolis.

são apHrelhoG de baixo custo e trazer benefícios aos desportistas daquela comunidade.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO TADEU RORIZ

INDIC\NOVADIVI

[Signature]

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

73

INDICAÇÃO Nº 793

AUTORS: DEPUTADO TADEU RORIZ
PARTIDO: PP
ASSUNTO: Sugere à Sociedade de Abastecimento de
Brasília - SAB a implantação de Mercado Volante na Região
Administrativa de Recanto das Emas - RA -Xy.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos
termos do art* 105 do seu Regimento Interno, sugere à
Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB a implantação
de Mercado Volante na Região Administrativa dF: Recanto das
Emas - RA -XV.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de CM vlt dicação da população residente
naquela satélitr.

A população ali residente é composta de pessoas de
baixo poder aquisitivo, sendo obrigadas a adquirir produtos
de alimentação a preços inacessíveis, nos pequenos
comércios instalados na Região.

Saladas Seções, em

[Signature]
DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO SABREEMA

fiEII^^

GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JOSÉ EDMAR DE CASTRO CORDEIRO

PROJETO DE LEI Nº 193
(Autor: Deputado JOSÉ EDMAR CORDEIRO)

"AUTORIZA o Poder Executivo a implantar o Colégio DOM PEDRO II de Brasília, na estrutura orgânica do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal e, dá outras providências."

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo do Distrito Federal a implantar o Colégio Dom Pedro II de Brasília, na estrutura orgânica do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Art. 1º. A Unidade Educacional, citada no caput deste Artigo, destina-se ao ensino do currículo de 1ª (quinta) à 8ª (oitava) séries do ensino fundamental e de todas as séries do ensino médio.

Art. 2º. A identificação da Unidade de Ensino, por Colégio Dom Pedro XI de Brasília, destina-se à manutenção das despesas decorrentes da manutenção do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Art. 2º. O Colégio Dom Pedro II de Brasília será uma Unidade Administrativa Autônoma vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e subordinada ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Art. 3º. Quando forem verificadas as necessidades de ampliação da oferta de vagas pelo Colégio Dom Pedro II de Brasília, nova Lei de Ensino deste Educandário poderão ser criadas nas Regiões Administrativas, complementarmente à Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal.

GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JOSÉ EDMAR DE CASTRO CORDEIRO

Art. 39. Fica autorizado o Poder Executivo do Distrito Federal a regulamentar esta Lei, estabelecendo-se as condições para a implantação do Colégio Dom Pedro II de Brasília quanto a reserva de terrenos adequados à sua edificação, a designação de sua estrutura organizacional e de todas as medidas técnicas, didáticas e administrativas não previstas nesta lei.

Parágrafo Único: A Primeira Unidade de Ensino do Colégio Dom Pedro II de Brasília será implantada preferencialmente em Ceilândia, Região Administrativa IX.

Art. 40. O quadro de pessoal de Direção, Professorado e Servidores do Colégio Dom Pedro II de Brasília será preenchido prioritariamente por Bombeiros Militares, Policiais Cíveis e Militares do Distrito Federal, habilitados tecnicamente para o magistério, conforme a legislação vigente.

§ 1º. A lotação e movimentação de pessoal no quadro do Colégio Dom Pedro II de Brasília, não prejudicará estes titulares quanto a direitos a promoções, comissionamentos, proventos, tempo de serviço, e outros direitos previstos em legislação pertinente.

§ 2º. A complementação do quadro de pessoal, do Colégio Dom Pedro II de Brasília, será efetivada por Pessoal Técnico Habilitado em Concurso Público e requisitado à Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Art. 50. O Colégio Dom Pedro II de Brasília promoverá a educação técnico-profissionalizante, conforme o ensino médio da rede pública, com vistas à adequação da formação de seu alunado ao mercado de trabalho, na forma da Lei.

Parágrafo Único: O Colégio Dom Pedro II de Brasília manterá, no seu currículo escolar, disciplina informativa relativa à formação de pessoal para a área de Segurança Pública, ressaltando-se a missão de Bombeiros.

Art. 60. As despesas com a implantação do Colégio Dom Pedro II de Brasília correrão às custas de recursos orçamentários alocados em Educação no Orçamento do Distrito Federal.

M GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JOSÉ EDMAR Dg CASTRO CORDEIRO

Art. 72. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 02. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei, ao dispor de autorização para que o Poder Executivo implante o Colégio Dom Pedro II de Brasília, está amplamente amparado pelos textos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Distrito Federal que podem ser resumidos na máxima: "Educação, direito de todos e obrigação do Estado e da Sociedade."

Esta Proposição atende aos Bombeiros Militares, Policiais Militares e Cíveis de Brasília que gostariam de ver seus dependentes recebendo formação social, moral e científica em um Educandário identificado com o segmento profissional de seus familiares.

-X

Em todo o Brasil existem os Colégios das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. São importantes "berços de vocações" para as carreiras em que estão inseridos. Tais exemplos, pela positiva atividade de condutores de bons profissionais masculinos e femininos para os quadros das áreas militares, policiais, bombeiros, etc., devem ser seguidos por Brasília que, no momento, não possui um Educandário Especial na Esfera da Secretaria de Segurança Pública, vinculado ao Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Diante da resumida exposição, portanto, o beneplácido voto de aprovação dos Ilustres Parlamentares Distritais para que a Juventude brasiliense rapidamente, tenha, a exemplo de outras Unidades da Federação, o seu Colégio Dom Pedro II em Brasília.

Sala das Sessões, em de novembro de 1993

Deputado Distrital JOSÉ EDMAR CORDEIRO

GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JOSÉ EDMAR DE CASTRO CORDEIRO

PROJETO DE LEI Nº 193
(Autor: Deputado JOSÉ EDMAR CORDEIRO)

"AUTORIZA o Poder Executivo a implantar o Colégio Tiradentes de Brasília, na estrutura orgânica da Polícia Militar do Distrito Federal e, dá outras providências."

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo do Distrito Federal VA implantar o Colégio Tiradentes de Brasília, na estrutura orgânica da Polícia Militar do Distrito Federal.

§ 1º. A Unidade Educacional, citada no caput deste Artigo, destina-se ao ensino do currículo de 5ª (quinta) à 8ª (oitava) séries do ensino fundamental e de todas as séries do ensino médio.

§ 2º. A identificação da Unidade de Ensino, por Colégio Tiradentes de Brasília, destina-se à manutenção das honrarias devidas à memória do Patrono da Polícia Militar do Distrito Federal, o Alferes Joaquim da Silva Xavier, citado historicamente por "Tiradentes".

Art. 2º. O Colégio Tiradentes de Brasília terá uma Unidade Administrativa Autônoma, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e subordinada ao Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Parágrafo Único. Quando forem apuradas as necessidades de ampliação da oferta de vagas pelo Colégio Tiradentes de Brasília, novas Unidades de Ensino deste Educandário poderão ser criadas nas Regiões Administrativas, complementarmente à Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal.

GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JOSÉ EDMAR DE CASTRO CORDEIRO

Art. 32. Fica autorizado o Poder Executivo do Distrito Federal a regulamentar esta Lei, estabelecendo-se as condições para a implantação do Colégio Tiradentes de Brasília quanto a reserva de terrenos adequados, a sua edificação, a designação (JO2 sua estrutura organizacional e de todas as medidas técnicas, didáticas e administrativas não previstas nesta Lei.

Parágrafo único. A Primeira Unidade de Ensino do Colégio Tiradentes de Brasília será implantada preferencialmente em Taguatinga, Região Administrativa III.

Art. 42. O quadro de pessoal de Direção, Professorado e funcionários do Colégio Tiradentes de Brasília será preenchido prioritariamente por Policiais Militares Civis e Bombeiros Militares do Distrito Federal, habilitados tecnicamente para o magistério, conforme a legislação vigente.

§ 1º. A lotação e movimentação de pessoal no quadro do Colégio Tiradentes de Brasília, não prejudicará estes titulares quanto a direitos de promoções, comissionamentos, proventos, tempo de serviço e outros direitos previstos em legislação pertinente.

§ 2º. A complementação do quadro de pessoal, do Colégio Tiradentes de Brasília, será efetivada por Pessoal Técnico Habilitado em Concurso Público e requisitado à Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Art. 52. O Colégio Tiradentes de Brasília promoverá a educação técnico-profissionalizante, conforme o ensino médio da rede pública, com vistas à adequação da formação de seu alunado ao mercado de trabalho, na forma da Lei.

Parágrafo único. O Colégio Tiradentes de Brasília manterá no seu currículo escolar disciplina informativa relativa à formação de pessoal para a área de Segurança Pública.

Art. 53. A todo tempo com a implantação do Colégio Tiradentes de Brasília correrão as custas de recursos orçamentários vinculados em Educação no Orçamento do Distrito Federal.

GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JOSÉ EDMAR DE CASTRO CORDEIRO

Art. 79. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 82. Esta Lei terá vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei, ao dispor de autorização para que o Poder Executivo implante o Colégio Tiradentes de Brasília, está amparado pelos textos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Distrito Federal que podem ser resumidos na máxima: "Educação, direito de todos e obrigação do Estado e da Sociedade."

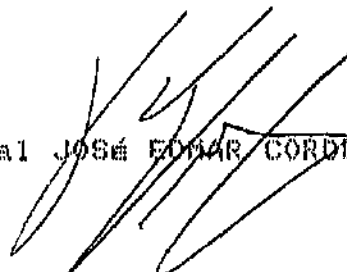
Esta Proposição visa atender os Policiais Militares e Civis de Brasília que gostariam de ver seus dependentes recebendo formação social, moral e científica em um Educandário idôneo como segmento profissional de seus familiares.

Em todo o Brasil existem os Colégios das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. São importantes "berços de vocações" para as carreiras em que estão inseridos. Tais exemplos, pela positiva atividade de condutores de bons profissionais masculinos e femininos para os quadros das Forças Armadas, militares, policiais, bombeiros, etc., devem ser seguidos por Brasília que, no momento, não possui um Educandário Especial na Estrutura da Secretaria de Segurança Pública vinculado à Polícia Militar.

Diante da recuada exposição, buscamos o beneplácido voto de aprovação dos Ilustres Parlamentares Distritais para que a Juventude brasiliense, tendo, a exemplo de outras Unidades da Federação, o seu Colégio Tiradentes de Brasília.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1993

Deputado Distrital JOSÉ EDMAR CORDEIRO





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

80

TAQUI.: Denise

REVISOR: Carios

HORA: 11h10

Nº: 0/27.13

DATA: 17.11.95

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Passamos à

ORDEM DO DIA.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, que proceda à leitura do primeiro item da Ordem do Dia.

(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à leitura do seguinte:)

01) " Discussão e votação, em primeiro turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 976, de 1993, que [✓]Altera o [✓]§ 3º do art. 34, e acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 353/92[✓].

Autor: Deputado Gilson Araújo

Relatores: Deputado Agnelo Queiroz - CCJ

Deputado Edimar Pireneus - CEOF

Deputado Padre Jonas - CAS¹¹

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz, para apresentar parecer pela CCJ. (Pausa.)

O SR. EDIMAR PIRENEUS - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

81

TAQUI.:

Denise

REVISOR:

Carlos

HORA:

11h10

Nº:

0/27.14

DATA:

17.11.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Com a palavra o Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, solicito que passemos para o próximo item da pauta, uma vez que ainda não tenho o parecer da Comissão. *e que o coloquemos para o parecer do projeto, v próxima sessão, trarei o quando*

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) -k Presidência acata.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, que proceda à leitura do seguinte item da Ordem do Dia.

(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à leitura do seguinte:)

“
02) Discussão e votação da redação final do Projeto de Lei nº 155, de 1991, que *✓* Determina que os proprietários de terrenos não edificadas no DF, devem mantê-los limpos, cercados e as respectivas calçadas construídas *✓*.”

Autor: Deputado Benício Tavares,

Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ

Deputado José Ornellas - CEOF

Deputado Maurílio Silva - CAS *11*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

82

TAQUI.:

Denise

REVISOR:

Carlos

HORA:

11h10

Nº:

0/27.15

DATA:

17.11.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Solicito que o Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, proceda à leitura da redação final do Projeto de Lei nº 155/91.

(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à leitura do seguinte:)

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LO HG 155/91

Determina que os proprietários de terrenos não edificados no Distrito Federal, devem mantê-los limpos, cercados e as respectivas calçadas construídas.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art 1º - Os proprietários de imóveis não edificados, em área urbanizada, no Distrito Federal, são obrigados a mantê-los limpos, cercados e construir calçadas entre os limites do terreno e os de rua.

§ 1º - O proprietário que não cumprir as obrigações previstas no "caput" deste artigo será notificado pelo órgão competente, tendo um prazo de 30 (trinta) dias corridos, após o aviso, para efetuar os serviços pertinentes.

§ 2º - O Governo do Distrito Federal, pelo órgão competente, verificando que as obrigações estabelecidas neste artigo não foram cumpridas, executará os serviços, cobrando seus custos dos proprietários dos imóveis.

§ 3º - Não havendo pagamento, o ônus resultante da limpeza será inscrito na Dívida Ativa do Distrito Federal, em nome do proprietário, na forma da legislação pertinente.

Art. 22 - Após o prazo estabelecido no art. 19, o proprietário que não cumprir as obrigações previstas no "caput" daquele artigo será penalizado com multa de 0,1 (um décimo) a 1% (um por cento) do valor de uma UPDF (Unidade Padrão, do Distrito Federal) por metro quadrado de terreno, cujo critério de valorização será fixado por ato do Governador ou, por delegação deste, pelos Administradores Regionais.

I 19 - As multas previstas serão impostas pelas Administrações Regionais e recolhidas pelo infrator junto à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

S 22 - O infrator deverá pagar a multa no máximo, 20 (vinte) dias contados da notificação de pagamento, o que não o exonera de cumprir as obrigações que deram origem à infração e as de outra natureza, previstas na legislação e regulamentos complementares.

S 32 - Dentro do prazo de 20 (vinte) dias após o recebimento das penalidades impostas, o infrator poderá apresentar recurso, sem efeito suspensivo, ao órgão competente e, finalmente, à Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal.

Art. 39. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de novembro de 1993.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

85

TAQUI.:

Denise

REVISOR:

Carlos

HORA:

11h10

Nº:

0/27.10

DATA:

17.11.93

ORADOR:

A SRÁ. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Em discussão a redação final do Projeto de Lei nº 155/91. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs, Deputados que estiverem de acordo com a redação final do Projeto de Lei nº 155/91 permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovada.

S/Aya



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

86

TAQUI.: Aya

REVISOR: Carlos

HORA: 11:15 Nº: 0.28.1

DATA: 17.11.93

ORADOR:

Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura do 3º item da
Ordem do Dia,

(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à leitura:)

O: Discussão, em 1º turno, 3º dia, a.
Lei nº 675, de 1992, que institui o Plano Diretor de Mineração do
DF, e dá outras providências.

Autor : Dep. Edimar Pireneus

Relatores : Dep. Tadeu Roriz - CCJ

Dep. Aroldo Satake - CEOF

Dep. Gilson Araújo - CAS

OBS : Foram apresentadas 04 fímraitdaw pelo Relator da CCJ,
tendo Pareceres Favoráveis da CEOF e CAS.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O RR, GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero pedir a V. Exa. dispensa de intertício para a votação dos itens 3, 4, 5 e 6 da Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Acato a proposta do Deputado Geraldo Magela, na medida em que todas as Comissões já emitiram pareceres submetidos a votação respectivas Comissões.



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

87

TAQUI.: AYA

REVISOR: CARLOS

HORA: 11:15 Nº: 0:28.2

DATA: 17.11.93

ORADOR: A SRA. PRESIDENTE

*Célio.

Em discussão o item 3.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Srs. Deputados.

(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à chamada.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

90

TAQUI.: Aya

REVISOR: Carlos

HORA: 11:15 No. 0.28.4

DATA: 17.11.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - O Projeto de Lei 675/92
está aprovado com 16 votos favoráveis, ^{houve} 1 abstenção e 7 ausências.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Gostaria de fazer um registro.

Acabamos de receber da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, da Delegacia do Paraná, representação de Londrina, um agradecimento dirigido à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

DELEGACIA DO PARANÁ - REPRESENTAÇÃO DE LONDRINA

AGRADECIMENTO

Pela excelente cooperação prestada à
ADE. SG, no corrente ano, outorgamos o presente diploma
a *Câmara Legislativa do Distrito Federal*

Londrina, *17* de *Novembro* de 19 *93*

Flavio M. S.

REPRESENTANTE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O EX.
PRESIDENTE BENICIO THALES:

Ava/Carlos 17.11.93 14:15

0.28.5 91



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

92

TAQUI.: AYA

REVISOR: CARLOS

HORA: 11:15 Nº: 0:28.6

DATA: 17.11.93

ORADOR:

*Célio.

O SR. WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR, PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento à Mesa.

Fui informado, não sei o que há de verdadeiro na informação, que a Mesa, a Presidência, particularmente, teria recebido o Código do SIAFEN. Está estabelecido, em várias Votações desta Casa, desde a LDO,



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

93

TAQUI.: RIVA

REVISOR: LIZETE

HORA: 11:20 N-0:29.1

DATA: 17.11.93

ORADOR: WASNY DE ROURE

*Célio.

como também o Decreto da Deputada Lúcia Carvalho, que não chegou até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Deputado Wasny de Roure, não tenho como dar-lhe uma informação precisa.

O SR. WASNY DE ROURE - A Câmara Legislativa chegou a fazer a solicitação ao Sr. Secretário da Fazenda e até o momento não chegou nenhuma resposta?

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Deputado Wasny de Roure, vou verificar e assim que tiver uma resposta o informarei.

Passamos ao próximo item da Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, que proceda à leitura.

(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à leitura do seguinte:)

04) Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 600, de 1992, que "Altera Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 40/91."

Autor: Executivo Local

Relatores: Deputado Manoel de Andrade - CCJ;

Deputado Edimar Pireneus - CEOF;

Deputado Gilson Araújo - CAS.

OBS: Pareceres favoráveis da CCJ, CEOF e CAS,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

94

TAQUI.: Riva

REVISOR: Lizete

HORA: 11:20 Nº: 0.292

DATA: 17/11

ORADOR: Pres. Benício Tavares

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o Projeto de Lei nº 600/92; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

96

TAQUI.: Riva

REVISOR: Lizete

HORA: 11:20 Nº: 0.29.4

DATA: 17/11

ORADOR: Pres. Benício Tavares

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - O Projeto de Lei nº 600 está aprovado, em 1º turno, com 15 votos favoráveis.

Houve 9 ausências.

O projeto seguirá para votação em 2º turno.

Passemos ao próximo item da Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, que proceda à leitura do mesmo.

(O Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, procede à leitura do seguinte:)

05) Discussão, em 1º turno, 32 dia, do Projeto de Lei nº 388r de 1992, que "Autoriza a criação do cadastro de Projetos Elaborados pelos órgãos de Administração Direta e Indireta do Governo do DF e dá outras providências".

Autor: O (Sr.) P., Agnelo Queiroz

Relatores = Dep. Geraldo Magela - CCJ

Dep. O (Jilon Aires) - CEOF

Dep. José Edmar - CAS

OBS : Foi apresentado um Substitutivo pela CCJ, obtendo pareceres favoráveis da CEOF e CAS.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Passo a Presidência ao Deputado Eurípedes Camargo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

97

TAQUI.: Riva

REVISOR: Lizete

HORA: 11:20 Nº: 0.29.5

DATA: 17/11

ORADOR: Pres. Eurípedes Camargo.

(Assume a Presidência o Deputado Eurípedes Camargo.)

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) - Passo a Presidência ao Deputado Cláudio Monteiro.

(Assume a Presidência o Deputado Cláudio Monteiro.)

O SR. PEDRO CELSO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi enviado por esta Casa, em 6 de outubro de 1993, um requerimento de informações ao Sr. Secretário da Cultura, Sr. Fernando Campos. O Requerimento é o de nº 1534/93 e questiona a utilização do Cine Itapuã, na cidade-satélite do Gama. Gostaria de perguntar a esta Presidência se a resposta ao requerimento chegou ou não a esta Casa, porque o prazo de resposta já se venceu. A nossa assessoria foi, informalmente, até a Presidência e lá a informaram que não havia chegado ainda. Quero a resposta oficial da Presidência, para que possa ^{mo}tomar providências.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

98

TAQUI.: KATIA

REVISOR: ALZIRA

HORA: 11:25 Nº: 0-30.1

DATA: 17/11

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Claúdio Monteiro) - A Presidência tomara as medidas cabíveis para lhe prestar essa informação no tempo oportuno.

Em discussão o projeto em 1º turno. (Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "Sim" estarão aprovando o referido projeto; os que votarem "Não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo, que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

100

TAQUI.: KÁTIA

REVISOR: ALZIRA

HORA: 11:25 Nº: 0:30.3

DATA: 17.11.93

ORADOR;:

*Célio.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Votaram 12 Deputados. Houve 12 votos "sim" e 12 ausências.

Não há número regimental, para deliberação. Portanto, declaro por encerrada a sessão, transferindo a Ordem do Dia de hoje para a próxima sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão.)